

KITS – PATRIMÓNIO | KIT02



versão 1.1

documento definitivo

Novembro 2010

Património Arquitectónico Habitação Multifamiliar do século XX

IH
RU
Instituto da Habitação
e da Reabilitação
Lisboa

iges
par
INSTITUTO DE GESTÃO
DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
E ARQUEOLÓGICO

Colecção *KITS* – Património

Coordenação: João Vieira e Manuel Lacerda

KIT01 – *Património Arquitectónico – Geral*

KIT02 – *Património Arquitectónico – Habitação Multifamiliar do Século XX*

KIT03 – *Património Industrial*

KIT04 – *Património urbanístico (no prelo)*

KIT05 – *Património arquitectónico – Edifícios conventuais capuchos*

KIT06 – *Património Arquitectónico – Igrejas de Misericórdia*

KIT02 Património Arquitectónico de Habitação Multifamiliar do Século XX

Sumário

Ficha Técnica

Editorial

Introdução

I. Património Arquitectónico de Habitação Multifamiliar

do século XX – o que é e para que serve?

II. Elementos do registo de inventário

III. Como contribuir para os inventários do património arquitectónico

IV. Anexos

A - Exemplos de registo de inventário

B - Glossário

C - Recursos de documentação e informação

FICHA TÉCNICA

Tipo de documento	GUIA DE INVENTÁRIO ARQUITECTÓNICO		
Identificador	KIT02 (1.1)		
Título	Património Arquitectónico de Habitação Multifamiliar do Século XX		
Título alternativo			
Responsável(is)	Tipo	Nome	Contacto
	Autor	Ricardo Agarez	Ricardo.agarez@gmail.com
	Autor colectivo	IHRU, IP	ihru@ihru.pt
	Coordenador	João Vieira	JSVieira@ihru.pt
	Editor	IHRU, IP	ihru@ihru.pt
	Editor	IGESPAR, IP	igespar@igespar.pt
Versão	1.1		
Estado	Definitivo		
Data(s) de preparação	2008-08-13 a 2008-09-16		
Data de emissão	Novembro 2010		
Local de emissão	Sacavém		
Público/Destinatário(s)	Público em geral / Estudantes / Gestores de Património Arquitectónico		
Idioma	Português		
Formato	PDF		
Descrição	Guia prático que estabelece indicações e regras básicas gerais que orientam a inventariação de património arquitectónico		
Descritores	Arquitectura; Património Arquitectónico; Inventário patrimonial		
Relação documental	Tipo de relação	Documento relacionado	
	Resumo / síntese / adaptado de	Norma de Inventário do Património Arquitectónico – Monumento (Arquitectura de Habitação Multifamiliar do Século XX), NIPA – M (HM), versão 1.0, 2008	
	Complementa o	KIT01 – Património Arquitectónico - Geral	
Copyright	Todos os direitos são detidos pelo IHRU, IP e IGESPAR, IP		
Comunicabilidade	Acesso livre em linha		
Data de transmissão/publicação	2010-11-15		
Local/endereço de transmissão/publicação	www.monumentos.pt ; www.portaldahabitacao.pt ; www.igespar.pt		
Código de arquivo			
Historial de revisão	Data	Versão	Revisão
	Fevereiro 2010	1.1	Alterações pontuais
			Responsável Paula Figueiredo Paula Noé

EDITORIAL

O Estado português, as regiões autónomas e as autarquias locais têm competências específicas e inalienáveis no domínio da protecção e valorização do património cultural. Todavia, a preservação desse legado é, face à lei, responsabilidade de todos os portugueses: de indivíduos e de organizações (sejam elas públicas ou privadas), de detentores, gestores, estudiosos, utilizadores e fruidores.

Assim sendo, uma política efectiva e consequente de preservação e valorização dos testemunhos materiais que fundamentam a memória nacional, a das diversas regiões, comunidades e indivíduos, deverá, tanto quanto possível, privilegiar soluções contratuais dinâmicas e flexíveis que assegurem a colaboração entre os diversos protagonistas, garantam o envolvimento interessado e activo dos detentores e utilizadores desse património e promovam a racionalização e a articulação de investimentos.

De acordo com diversas cartas e convenções internacionais que visam a protecção do património arquitectónico, urbanístico e paisagístico, a produção, aquisição, conservação, divulgação e acesso a informação actualizada e a documentação autêntica sobre esses bens culturais são consideradas actividades essenciais de suporte ao reconhecimento, identificação, estudo, compreensão e “apropriação” desses objectos patrimoniais pelos indivíduos, comunidades e organizações e, bem assim, à sua gestão, salvaguarda e valorização.

Nessa medida, promover a produção e a recolha, o processamento e a conservação, a disseminação e a utilização de mais e melhor informação e documentação sobre esse património por parte dos agentes públicos e privados com intervenção no sector, assim como pelos cidadãos em geral, poderá ser uma eficaz estratégia para:

1. aumentar a consciência pública sobre a qualidade da arquitectura e do ambiente construído e sobre a importância da sua protecção e valorização;
2. reforçar a percepção de que o património arquitectónico, urbanístico e paisagístico pode ser um poderoso factor de distinção e de identidade individual e colectiva, bem como um eficaz motor de qualificação e desenvolvimento de lugares e regiões;
3. melhorar a qualidade da gestão e utilização desse património;
4. promover a transparência e as condições de participação pública nos processos decisórios, bem como a responsabilização social dos vários intervenientes.

Por outro lado, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU) e o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR), por força das suas atribuições nos domínios da salvaguarda e valorização do património arquitectónico, da reabilitação urbana e dos sistemas de informação patrimonial, são detentores de conhecimentos específicos e de experiência técnico-científica, de metodologias e instrumentos especializados de identificação, documentação e divulgação de património arquitectónico, urbanístico e paisagístico, recursos que importa disponibilizar junto dos agentes e utilizadores desse património.

KITS – Património é, justamente, uma colecção de guias práticos de nível básico sobre inventariação de património arquitectónico, urbanístico e paisagístico, assim como de

outro tipo de património cultural de algum modo àquele associado. Da responsabilidade editorial conjunta do IHRU e do IGESPAR, esta colecção foi concebida e lançada como uma medida do *Programa Simplex 2008* (M147), iniciativa governamental que, no domínio *Cidadania*, incentiva acções que visem “disponibilizar a informação necessária ao ordenamento do território”, designadamente através da disseminação de “manuais e guias práticos”.

São objectivos desta colecção:

1. Dotar os agentes do património cultural e os cidadãos em geral de instrumentos técnicos que os orientem e apoiem em acções de reconhecimento, identificação e documentação do “seu” património;
2. Promover a constituição de inventários patrimoniais tecnicamente consistentes de âmbito local e sectorial, e a sua utilização como ferramentas de apoio à salvaguarda e valorização;
3. Contribuir para a criação e o desenvolvimento de uma rede de informação patrimonial que garanta a transmissão e o intercâmbio de dados consistentes e com um grau aceitável de rigor entre sistemas de informação e documentação, bem como a sua divulgação junto dos diversos públicos potenciais.

Cada um dos números desta colecção, dedicado a um tipo específico de património ou a um aspecto concreto da sua gestão e utilização, deve ser considerado uma obra em aberto, um projecto em curso, sujeito, por isso, a actualizações periódicas que não só incorporem as melhores práticas no sector como as sugestões e os contributos dos seus utilizadores finais. O grau de profundidade dos conteúdos apresentados em cada um dos números será, portanto, assumidamente desigual, reflectindo mais o estado de desenvolvimento do conhecimento disponível, a cada momento, sobre cada matéria, do que uma decisão equalizadora de estratégia editorial.

A sua publicação é preferencialmente realizada em formato electrónico e a sua distribuição oficial, livre de encargos, assegurada através dos sítios *web* institucionais e temáticos dos editores.

Em suma, **KITS – Património** resulta da genuína e empenhada vontade dos seus editores e autores de trabalharem concertadamente tendo em vista a preparação e a disponibilização, junto da comunidade, de um conjunto consensual de conhecimentos básicos, experiências e instrumentos que fomentem a cultura de partilha, viabilizem o esforço cooperativo e promovam a rentabilização de investimentos dos vários interessados e intervenientes na salvaguarda e valorização do património arquitectónico, urbanístico e paisagístico do país.

Em última análise, com a publicação desta colecção procuram os seus editores contribuir para a operacionalização dos seguintes princípios orientadores da sua actividade patrimonial: “conhecer para valorizar”; “informar para proteger”.

INTRODUÇÃO

1. Definição

- 1.1. O presente trabalho é um guia prático de nível básico sobre inventariação de património arquitectónico de habitação multifamiliar do século XX.
- 1.2. Este guia não deve ser confundido com:
 - uma norma de inventariação de património arquitectónico;
 - um esquema de meta-informação de suporte ao desenvolvimento de aplicações informáticas de gestão de inventários de património arquitectónico.

2. Conteúdos

- 2.1. O presente documento resulta de um trabalho de recolha, análise, (re)processamento, discussão e síntese de um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos sobre inventariação de património arquitectónico de habitação multifamiliar do século XX detidos pelos seus autores.
- 2.2. Os conteúdos desta edição são parcialmente complementados pelos conteúdos publicados no **KIT01**, sobre património arquitectónico em geral.
- 2.3. Os conteúdos agora publicados podem ser aprofundados através da consulta dos inventários patrimoniais geridos por ambos os editores e disponíveis em www.monumentos.pt e www.ippar.pt.

3. Comentários

- 3.1. O presente trabalho é um documento em constante actualização. Os editores encorajam todos os interessados a contribuírem com comentários e sugestões que visem a melhoria dos seus conteúdos.
- 3.2. Esses comentários e sugestões deverão ser enviados para qualquer um dos seguintes endereços do ponto focal *KITS Património*:
 - endereço electrónico: kitspatrimonio@ihru.pt ;
 - endereço postal:

KITS – Património
Forte de Sacavém
Rua do Forte de Monte Cintra
2685 – 141 SACAVÉM

I. PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO DE HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR DO SÉCULO XX – O QUE É E PARA QUE SERVE?

No âmbito genérico dos Kits Património produzidos pela parceria IHRU-IGESPAR, o KIT02 é um instrumento de apoio à identificação, registo / documentação, interpretação, estudo, salvaguarda e valorização de objectos do Património Arquitectónico de Habitação Multifamiliar do século XX.

Tais objectos, sejam eles edifícios, conjuntos de edifícios (cuja encomenda, projecto e/ou realização é comum no tempo ou no espaço, ou cujo perfil urbano ou arquitectónico partilha características comuns), ou fracções de edifícios (apartamentos ou fogos), formam parte indissociável da vida contemporânea em comunidade, e romperam já a tradicional barreira entre os mundos urbano e rural.

Se considerarmos que o Homem construiu mais ao longo do século XX do que no cúmulo de todas as anteriores épocas da civilização (BENEVOLO 1960), e que a primeira prioridade na actividade edificadora humana é o habitat, facilmente concluiremos da importância do património construído habitacional para uma vida comunitária com qualidade. Em directa correspondência com esta importância encontra-se a necessidade natural de um conhecimento consolidado sobre uma realidade que nos rodeia em quase todos os momentos da nossa vida quotidiana – uma vez que, na cidade portuguesa, a função habitação se mistura com (quase) todas as restantes funções. As casas em que vivemos, os edifícios que habitamos e os bairros a que pertencemos (ou não) determinam o nosso modo de vida – e têm características que podem ser identificadas, estudadas, compreendidas e registadas. Compreender o ambiente construído é um passo fundamental para poder corrigir as suas faltas e tirar partido das suas virtudes, desenvolvendo e melhorando a nossa relação com tão relevante contexto.

O programa arquitectónico da habitação multifamiliar (isto é, a categoria funcional a que se destina o objecto – programa arquitectónico religioso, industrial, escolar...) foi certamente a mais importante fonte de encomenda para arquitectos, engenheiros e construtores no século passado. Como em todos os programas que deram origem a grande quantidade de objectos, o residencial multifamiliar caracteriza-se por uma muito grande diversidade de realidades: grandes e pequenos edifícios, boa e má arquitectura, habitação de luxo e de custos controlados, construção de alta e baixa qualidade.

O KIT02 não é destinado à identificação e registo dos melhores objectos da arte e da ciência; é destinado a todo o tipo de objectos, sendo vasto o leque de motivações que podem levar o utente deste instrumento – cidadão, agente económico ou instituição local – a eleger o objecto da sua acção. O valor estético, histórico ou construtivo de um edifício é motivo tão válido para a sua análise quanto a ligação existente entre as famílias do mesmo edifício e as casas habitadas por estas, o especial significado de uma rua para um grupo de amigos ou a importância dos edifícios que rodeiam uma escola para os alunos e professores desta.

A razão de ser de um instrumento dedicado exclusivamente ao património residencial do século XX, e não directamente aplicável aos períodos anteriores, decorre com naturalidade da conjugação dos factores apontados, e define-se em três linhas fundamentais:

- Este é o património com o qual a grande maioria dos potenciais utentes do Kit 02 tem mais íntimo contacto, no qual habita – e, paradoxalmente, aquele sobre o qual os mesmos utentes têm menos conhecimento, menos informação, menos *consciência* se quisermos;
- É um património que a própria sociedade não se habituou, ainda, a considerar como merecedor de atenção, estudo ou salvaguarda, pelo que se encontra especialmente sujeito a intervenções, a alterações pouco informadas e mesmo ao simples desaparecimento. As cidades portuguesas assistem, todos os dias, à substituição de edifícios de habitação multifamiliar do século XX, em especial dos períodos anteriores à introdução da estrutura de betão armado, em operações que escapam com facilidade aos mecanismos correntes de protecção patrimonial (classificação, inclusão em listagens de património no âmbito de planos directores municipais, etc.);
- É um universo passível de categorização e sistematização aproximada – mesmo se considerarmos o enorme arco temporal abrangido e a intensidade e diversidade da edificação realizada –, permitindo uma abordagem de maior pormenor na definição de orientações para o seu levantamento e análise (na descrição, na tipologia, por exemplo), o que possibilita a obtenção de registos mais desenvolvidos e completos.

O KIT02 – Património Arquitectónico de Habitação Multifamiliar do século XX tem por último intuito provocar todos os indivíduos e entidades afectados pela existência dos edifícios, conjuntos e fracções deste tipo – habitantes, vizinhos ou simples concidadãos – para um olhar diferente, mais atento e melhor preparado, sobre algo com que contactam quotidianamente e a que raramente dedicam cuidado.

Considerações gerais sobre Património Arquitectónico de Habitação Multifamiliar em Portugal do século XX

A necessidade de abarcar objectos pertencentes a um período com a extensão de um século e de os inserir numa estrutura cronológica coerente obriga a uma simplificação substancial da realidade: a sua inserção numa grelha construída *a posteriori* deixa de fora todas as excepções e variações que a enriquecem significativamente mas que tornam infinita, e impossível, qualquer categorização.

Tendo esta consideração em mente, podemos esboçar um apontamento de cronologia que permita ao utente do KIT02 – Património Arquitectónico de Habitação Multifamiliar do século XX integrar o objecto em análise no grande quadro que este programa arquitectónico foi construindo. Este quadro é composto pelos principais períodos histórico-constructivos em que pode ser dividido o século (a partir de CABRITA 1986), que combinam as grandes alterações na técnica constructiva e nos materiais empregues, com as mais importantes correntes de composição arquitectónica que atravessaram aquele intervalo de tempo.

1. O século XX herda do seu antecessor imediato as técnicas que caracterizam o designado *Período histórico-constructivo dos edifícios anteriores à introdução da estrutura em betão armado* (até c. 1930, chamados *edifícios gaioleiros* em Lisboa): estrutura em madeira (*gaiola* pombalina simplificada) com partes em ferro (escadas de serviço, varandas e marquises); paredes exteriores de alvenaria ordinária de pedra (fachada e tardo, de espessura decrescente com a altura) e tijolo maciço (empenas e saguões); paredes interiores em tijolo e tabique; pavimentos em madeira; tectos em estuque; revestimentos exteriores em reboco e azulejo, apenas pontualmente em pedra, coberturas em madeira telhadas. Orgânica funcional característica, com piso-tipo mais profundo do que largo, escada interna, fogos com distribuição por corredor longitudinal, compartimentos indiferenciados e por vezes comunicantes (circulação duplicada), compartimentos interiores ou iluminados e ventilados por saguão ou passagem lateral,

cozinha e sala de jantar a tardo, instalação sanitária sobre o saguão ou a tardo, varanda ou marquise a tardo com escada associada (APPLETON 2005). Hierarquia de fachadas bem marcada (principal sobre a rua com desenho cuidado, tardo simplificada). Posição dos compartimentos indiferente à orientação solar (salas sobre a via pública, serviço a tardo). Grande liberdade formal na composição dos alçados, com apontamentos decorativos genericamente referenciáveis ao Eclétismo ou à Arte Nova, sobre regra base de subdivisão em três zonas bem marcadas (soco ou embasamento, pisos em elevação e coroamento com platibanda / telhado). Vãos de formas variadas e cantarias de secções diversas (proporções alongadas, vãos compostos de grande dimensão subdivididos por mainéis, peitos e sacadas alternados). Decoração em frisos e cimalthas de azulejo, pontualmente com escultura.

2. Gradualmente, e em simultâneo com o final do período acima, a adopção de novas técnicas marca o *Período histórico-constutivo dos primeiros edifícios com estrutura parcialmente em betão armado* (c. 1930 – c. 1940): estrutura mista de alvenaria e elementos parcelares ou pontuais de betão armado (pavimentos de zonas húmidas em cozinhas e instalações sanitárias, varandas, escadas, palas, consolas, pérgulas e corpos balançados); paredes exteriores de alvenaria ordinária de pedra ou aparelho de pedra; paredes interiores em tijolo; pavimentos em madeira e betão armado; revestimentos exteriores em reboco, apenas pontualmente em pedra; coberturas em madeira telhadas / em betão armado planas. Orgânica funcional e morfologia do piso-tipo herdeira do período histórico-constutivo anterior, caracterizada por grande profundidade de construção servida por passagens laterais e/ou saguões para iluminação e ventilação, compartimentos dimensionalmente pouco diferenciados, zonamento funcional pouco desenvolvido (salas sobre a frente, quartos em bateria sobre os flancos, cozinha e sala de jantar a tardo, instalação sanitária sobre o saguão ou a tardo) com cruzamento e sobreposição de percursos. Varanda ou marquise a tardo com escada associada. Hierarquia de fachadas bem marcada (principal sobre a rua com desenho cuidado, tardo simplificada). Posição dos compartimentos indiferente à orientação solar (salas sobre a via pública, serviço a tardo). Composição arquitectónica dos alçados e acessos principais desenvolvida segundo uma de três principais correntes: o primeiro Modernismo / Artes Decorativas ou Art Déco (superfícies lisas em múltiplos planos, desenho geométrico de feição abstracta, ênfase em grandes linhas horizontais e verticais, vãos unidos em faixa, pilastras, frisos, frontões e balaustradas repetindo motivos geométricos de textura vibrante, elementos metálicos de desenho elaborado, átrios decorados com baixos-relevos, painéis de azulejo ou mosaico de motivo geométrico); um Eclétismo tardio, com temática decorativa classicista (alçados tripartidos, frontões, colunas, pilastras e frisos de grande expressão, balaustradas, templetas em coroamento) caldeada com referências à tendência Artes Decorativas (vidros, ferros) e heranças Beaux-Arts (óculos, medalhões, grinaldas e outros pormenores); e um primeiro Regionalismo, assente na citação literal de elementos retirados da tradição vernácula regional portuguesa e sua aplicação superficial, com elevada incorporação de trabalho artesanal (coberturas telhadas rematadas com beirada / planas em açoteia, chaminés e cata-ventos, forros de pedra em socos e cunhais, vãos pontuais com guarnições em cantaria trabalhada, caixilharia, portas e portadas em madeira e guardas em ferro forjado de desenho elaborado, varandas, alpendres e pérgulas recorrentes, larga utilização de arcos de volta perfeita e quebrados, painéis de azulejo e baixos-relevos de temática figurativa).

3. As décadas médias do século são ocupadas com o *Período histórico-constutivo dos edifícios com estrutura de betão armado da primeira fase* (c. 1940 – c. 1960): estrutura integral de betão armado da primeira fase, marcada pelo Regulamento do Betão Armado (1935, 1943), com utilização de alvenaria resistente de tijolo em grande percentagem; paredes exteriores e interiores (resistentes) em alvenaria de tijolo; pavimentos em betão armado; revestimentos exteriores em reboco, monomassas e mosaico vitro-cerâmico; coberturas em betão armado planas / em betão pré-esforçado telhadas; vulgarização do

uso de ascensores. Orgânica funcional e morfologia do piso-tipo traduzindo, em maior ou menor medida, alguma inovação na concepção do fogo e sua repetição articulada em estruturas multifamiliares, resultante do trabalho desenvolvido pelo Movimento Moderno no programa habitacional: soluções alternativas de sistemas de acesso vertical e horizontal (núcleos de ascensores e escada destacados, galerias e ruas pedonais elevadas) e de tipologias de fogo de reduzida dimensão (estúdio, duplex, triplex); especialização e zonamento funcional claro dos acessos e compartimentos (áreas social / serviço / íntima, convívio / refeições / descanso / trabalho); optimização dos percursos domésticos e do desempenho funcional das partes (redução da área de circulações); criação de áreas exteriores privativas como extensão dos fogos (terraços, varandas); criação de compartimentos de utilização polivalente (p. ex. sala *comum* de estar e refeições) e eliminação de áreas supérfluas; e complemento da função habitacional com equipamento colectivo na dependência ou no interior do edifício (lavandaria, sala de festas ou de crianças, jardim, campo de jogos, ringue de patinagem). Soluções expeditas de aproveitamento máximo da capacidade construtiva dos lotes (como o *rabo de bacalhau*, p. ex.), convivem com outras tecnologicamente mais elaboradas (maior altura, p. ex.). Composição arquitectónica, no seu todo, desenvolvida segundo uma de duas principais correntes: o segundo período de difusão alargada dos princípios e léxico formal do Movimento Moderno – ultrapassagem do conceito setecentista de quarteirão fechado e sua fragmentação em volumes construídos dispostos em condições melhoradas de comportamento térmico, ventilação, acústica e conforto interior dos fogos, independência do edifício relativa ao plano marginal da via pública, elevação dos pisos de habitação acima do plano de trânsito e espaço público por pilares, prioridade à relação entre as funções internas e os factores externos (correcta exposição solar dos compartimentos de permanência, orientação a vistas e ventos dominantes), utilização da malha estrutural resistente como participante no jogo plástico dos alçados, através da sua afirmação clara e do preenchimento dos intervalos com grande variedade de planos, materiais e texturas (opaco / translúcido / transparente, bloco / grelhagem / lâmina / prumo / reixa / persiana), repetição de elementos formais identificáveis (varandas, molduras laminares em betão prolongando-se para pérgulas de coroamento, pisos térreos rasgados sobre a via pública, palas marcando os acessos principais, coberturas em *casca* semi-cilíndrica); e o segundo Regionalismo, correspondente ao endurecimento de uma visão nacionalista sobre o papel cultural da arquitectura e sua extensão ao campo da habitação multifamiliar em contexto urbano – evocação sistemática da imagem arquetípica da *casa*, volume elementar simétrico com cobertura telhada de quatro águas e vãos bem marcados sobre eixos reconhecíveis, únicas aberturas em sólidos massivos; preferência pela manutenção do quarteirão como unidade-base da malha urbana e pelo alinhamento do edificado pelos planos marginais das vias, reforçando a hierarquia de fachadas (principal, sobre a rua com desenho cuidado, tardo simplificada) e em detrimento do melhor posicionamento dos fogos ou dos compartimentos em relação aos factores externos (insolação, vistas, ventos); composição tripartida clássica dos alçados principais (embasamento, andares e coroamento), por vezes com distinção do *andar nobre* (primeiro andar) pela decoração; utilização abundante de cantarias em forros, guarnições de vãos e pormenores decorativos, e de elementos estilizados de inspiração regional ou clássica e produção industrial (prefabricados), pontualmente em toda a fachada mas com especial incidência assinalando o acesso principal.

4. O Período histórico-construtivo dos edifícios com estrutura de betão armado da segunda fase (c. 1960 – c. 1980) corresponde, no campo da habitação multifamiliar, à vulgarização da técnica de construção pilar / viga / laje e à introdução pontual e experimental de sistemas de pré-fabricação pesada (painéis de fachada, estruturas alveolares), em resposta ao crescimento exponencial da actividade construtiva para o programa. Estrutura integral de betão armado da segunda fase (Regulamento de Estruturas de Betão Armado 1967); alvenaria de tijolo furado em preenchimento, sem função estrutural; pavimentos em betão armado; revestimentos exteriores em reboco e

mosaico vitro-cerâmico; coberturas em betão armado planas / em betão pré-esforçado telhadas. Orgânica funcional e morfologia do piso-tipo traduzindo a fase de maturidade da prática arquitectónica moderna e, por outro lado, a sua extrema difusão, com aplicação automática e em grande escala de soluções tipificadas. Consagração de tipologias de fogo e acesso vertical convencionais (coluna de distribuição em patamar esquerdo-direito, fogo simplex), com excepções pontuais em propostas mais elaboradas e/ou experimentais, dirigidas tanto a promoções privadas de nível económico superior ou em associativismo cooperativo, quanto a iniciativas públicas no campo da habitação mínima de realojamento ou para mutualismo de promoção oficial (Caixas de Previdência), por exemplo. Estabilização de mecanismos projectuais anteriormente introduzidos (circulações optimizadas, serviços desenvolvidos, permanência da sala *comum* e eliminação da sala de refeições). Composição arquitectónica desenvolvida segundo uma de duas principais correntes, na fase de maioridade do Movimento Moderno em arquitectura: a revisão crítica de alguns dos seus princípios, na faceta designada como Regionalismo Crítico – inclusão dos valores e formas tradicionais e vernáculos, de modo abstracto e não literal, no trabalho arquitectónico, utilização de soluções espaciais, formais, tecnológicas e materiais de inspiração local ou regional (habitação em contexto rural, espaços colectivos que evocam a tradição urbana, coberturas telhadas bem marcadas com estrutura em madeira visível do interior, panos em pedra aparelhada, elementos cerâmicos em grelhagem ou revestimento), combinada com a assunção clara das possibilidades, físicas e estéticas, dos materiais e técnicas modernos (estrutura de betão aparente) e com o emprego de um léxico formal reconhecível (o motivo hexagonal em planta e alçado, o plano dobrado em fachada, o arco angular em vãos); e o prolongamento da utilização do léxico compositivo moderno e seu desenvolvimento até ao limite da vulgarização e instituição como *estilo* formal de aplicação automático – estandardização formal, com vantagens económicas significativas em grandes conjuntos, com os quais são preenchidas vastas áreas de expansão urbana em Portugal, bem como para operações de pequena escala em edifícios de substituição nas malhas urbanas consolidadas; prosseguimento da via da abstracção geométrica no desenho dos alçados, cujos elementos constituintes (vãos, varandas, corpos projectados e recuados) são peças de um jogo compositivo complexo, por vezes de resultado próximo da escultura habitável; na adopção de sólidos puros cilíndricos ou poliédricos com destino funcional claro (caixas de escada e ascensor) em complemento dos clássicos volumes laminares modernos para alojamento; na repetição do elemento *varanda*, não fruto de uma exigência funcional consciente mas enquanto peça indispensável da composição formal do conjunto, por vezes associada aos seus clássicos parceiros modernos (pala, prumo, grelhagem, lâmina quebra-sol); e no importante papel atribuído à estrutura de betão armado evidenciada.

5. Finalmente, o *Período histórico-constutivo dos edifícios com estrutura de betão armado da terceira fase* (c. 1980 – c. 1990) abrange as estruturas maioritariamente em betão armado da terceira fase (Regulamento de Segurança e Acções para Estruturas de Edifícios e Pontes e Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-esforçado 1983) correspondente, no campo da habitação multifamiliar, à maturidade do sistema construtivo assente no binário betão (fundações, estrutura, pavimentos e cobertura) / bloco cerâmico (preenchimento vertical), com vãos encerrados com caixilharia em alumínio, e à assunção do mesmo como sistema tradicional, em Portugal e neste programa. Orgânica funcional e morfologia do piso-tipo prolongando, genericamente, os modelos introduzidos no pós-guerra e então já muito experimentados, com estabilização dos mecanismos projectuais modernos aplicados, em especial, a tipologias de fogo de áreas mínimas. Composição arquitectónica característica, no seu todo, da tendência de superação das contingências formais do Movimento Moderno na sua acepção mais canónica, através de diferentes correntes que retomam o valor semiótico da linguagem em arquitectura e o exprimem diferentemente, como por exemplo: a corrente denominada de Pós-modernismo, pela qual o discurso arquitectónico contemporâneo recorre a

elementos da tradição clássica (coluna, frontão, entablamento, pilastra), muito estilizados e alterados em proporção, material e cor, para veicular uma aproximação entre as culturas erudita e popular e entre a contemporaneidade e a história (acentuada pela utilização simultânea, em confronto claro, de tais elementos e de sistemas construtivos, técnicas e materiais claramente novos – troços de fachada-cortina com caixilharias em alumínio, vidro fumado e espelhado – em formas de recorte geométrico abstracto); ou as correntes que desenvolvem os ensinamentos daquele Movimento no sentido da depuração do seu léxico, reduzido aos valores essenciais (plano, vão, estrutura), e com estes constroem linguagens compositivas diversas (Minimalismo, Neomodernismo, Neoracionalismo) que partilham técnicas de construção avançadas, evidenciadas ou não na morfologia arquitectónica.

II. ELEMENTOS DO REGISTO DE INVENTÁRIO

1. Registo de inventário

- 1.1. O inventário do património arquitectónico de habitação multifamiliar do século XX é um conjunto estruturado e normalizado de registos referentes a grupos de edifícios, edifícios ou fracções de edifícios residenciais.
- 1.2. Do ponto de vista do grau de profundidade ou detalhe da informação apresentada, esses registos podem incluir-se em duas categorias: registos de inventário; registos de pré-inventário.

2. Elementos de informação do registo de inventário

- 2.1. A escolha da estrutura de elementos de informação que integram os registos de inventário e de pré-inventário deverá resultar da ponderação dos seguintes factores condicionantes: objectivos/funções, produtos e destinatários previstos; recursos financeiros, tecnológicos e humanos disponíveis; cronograma.
- 2.2. A tabela seguinte apresenta um modelo de estrutura-base de elementos de informação que poderão integrar um registo de inventário de um edifício, sendo que se consideram

	ELEMENTO	PREENCHIMENTO	KIT FONTE
01	Categoria	Obrigatório	KIT01
02	Tipo	Obrigatório	✓
03	Identificador	Obrigatório	✓
04	Designação	Obrigatório	KIT01
05	Localização	Obrigatório	KIT01
06	Acesso	Obrigatório	KIT01
07	Protecção	Obrigatório	KIT01
08	Época de construção	Obrigatório	KIT01
09	Imagem	Obrigatório	KIT01
10	Enquadramento	Obrigatório	✓
11	Descrição	Opcional	✓
12	Arquitecto / Construtor / Autor	Opcional	KIT01
13	Cronologia	Opcional	✓
14	Tipologia	Opcional	✓
15	Bens móveis	Opcional	KIT03

16	Utilização inicial	Opcional	KIT01
17	Utilização actual	Opcional	KIT01
18	Proprietário	Opcional	KIT01
19	Utente	Opcional	KIT01
20	Conservação geral	Opcional	KIT01
21	Documentação	Opcional	KIT01
22	Observações	Opcional	KIT01
23	Autor	Obrigatório	KIT01
24	Data	Obrigatório	KIT01
25	Tipo de registo	Obrigatório	KIT01

- 2.3. Segundo o modelo de estrutura-base de elementos de informação referido em 2.2., consideram-se:
- 2.3.1. *registos de inventário* aqueles que apresentam informação em todos os elementos (01 a 25);
- 2.3.2. *registos de pré-inventário* aqueles que apresentam informação nos elementos considerados de preenchimento obrigatório (01 a 10; 23 a 25).
- 2.4. Cada um dos 25 elementos de informação apresentados na tabela acima é, neste guia, objecto de uma *ficha de elemento* da qual constam os seguintes dados e indicações:

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	Descreve a informação que é captada pelo elemento e indica os objectivos que se pretende atingir com a utilização do elemento.
OBRIGAÇÃO	Indica se a utilização do elemento é obrigatória (essencial) ou opcional.
APLICABILIDADE	Indica o nível/escala ou tipo de objecto arquitectónico em cuja descrição o elemento é aplicável.
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	Expressa quais os requisitos necessários e condições que devem ser asseguradas antes da utilização do elemento, incluindo a dependência de valores específicos a inscrever noutros elementos ou subelementos e quais os efeitos que a utilização do elemento terá nos valores de outros elementos.
TERMOS A UTILIZAR	Lista e define, quando aplicável, os valores que podem ser utilizados no elemento.
FONTE	Referência aos tipos de fontes dos dados / informações a inscrever no elemento.
REGRAS DE PREENCHIMENTO	Indica e define as normas ou métodos que podem ser utilizados para codificar os dados / informações a inscrever no elemento.

OBSERVAÇÕES Fornece informação adicional para ajudar à compreensão do objectivo e utilização do elemento.

EXEMPLOS Apresenta exemplos de preenchimento de dados / informações no elemento. Inclui *links* para registos de outros sistemas de inventário.

COTEJO

SIPA

IGESPAR

Lista o(s) elemento(s) do SIPA correspondente(s) ao elemento ou a que respeita a presente ficha.

Lista o(s) elemento(s) a base de dados de inventários do IGESPAR correspondente(s) ao elemento a que respeita a presente ficha.

3. FICHAS DE ELEMENTO

01 CATEGORIA – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

02 TIPO

DEFINIÇÃO / OBJECTVO	Designa o tipo de objecto a registar. Permite distinguir um objecto considerado isoladamente (Edifício ou Fracção) de um conjunto de objectos cuja encomenda, projecto e/ou realização é comum no tempo ou no espaço, ou cujo perfil urbano ou arquitectónico partilha características comuns (Conjunto). Identifica clara e imediatamente o tipo de objecto do registo.	
OBRIGAÇÃO	Obrigatório.	
APLICABILIDADE	Todos os tipos de objecto arquitectónico de habitação multifamiliar.	
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	O Tipo condiciona e é condicionada pelos valores a inscrever nos elementos <i>Categoria</i> , <i>Tipologia</i> , <i>Utilização inicial</i> e <i>Utilização actual</i> .	
TERMOS A UTILIZAR	Conjunto de edifícios de habitação multifamiliar Edifício de habitação multifamiliar Fracção de edifício de habitação multifamiliar	
FONTE	O objecto em si.	
REGRAS DE PREENCHIMENTO	Preenchimento mediante a simples inscrição do termo constante da listagem acima.	
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Código tipológico	Categoria de pesquisa

03 IDENTIFICADOR – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

04 DESIGNAÇÃO – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

05 LOCALIZAÇÃO – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

06 ACESSO – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

07 PROTECÇÃO – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

08 ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

09 IMAGEM – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

10 ENQUADRAMENTO

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	<p>O elemento <i>Enquadramento</i> contém a descrição resumida da envolvente do objecto do registo, nas suas vertentes geofísica, histórica e sócio-cultural, do modo de inserção do objecto na envolvente e das relações recíprocas que se podem identificar entre aqueles.</p> <p>Integra a percepção do objecto numa perspectiva mais abrangente, definida em função da(s) escala(s) existentes acima da sua – tanto no espaço quanto no tempo –, de modo a evidenciar os factores de maior significado resultantes da inserção, tanto para o objecto em si quanto para o seu contexto.</p> <p>Importante em qualquer tipo de imóvel ou conjunto, o <i>Enquadramento</i> assume um papel basilar no caso do edifício ou conjunto de edifícios de habitação multifamiliar, na medida em que entre estes objectos e o seu contexto, por definição urbano ou proto-urbano, estabelece-se uma relação de contribuição recíproca: tais edifícios e conjuntos formam o material constituinte do tecido urbano e, do mesmo passo, são determinantemente condicionados por este. São, em simultâneo e por excelência, peças formadoras e produtos resultantes do tecido urbano.</p> <p>Assim, importa referir no <i>Enquadramento</i> e sempre que possível, o processo histórico de urbanização do tecido urbano imediatamente envolvente, dos movimentos de expansão, consolidação ou renovação urbana, no interior ou exterior de núcleos ou coroas urbanas definidas e implicando o prolongamento, preenchimento ou interrupção destas.</p>	
OBRIGAÇÃO	Opcional.	
APLICABILIDADE	Todos os tipos de objecto arquitectónico de habitação multifamiliar, excepto o tipo <i>Fracção</i> .	
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	A utilização está condicionada ao valor constante do elemento <i>Tipo</i> : é pertinente apenas caso o valor deste seja <i>Conjunto de edifícios de habitação multifamiliar</i> ou <i>Edifício de habitação multifamiliar</i> .	
TERMOS A UTILIZAR	1. Contexto genérico do objecto:	Urbano Peri-urbano (periferia) Rural
	2. Meio físico envolvente e posição relativa do objecto:	Orla marítima ou ribeirinha Montanha, falésia, colina, elevação Cumeada, linha de festo Meia encosta Vale, linha de água Planície
	3. Processo de urbanização ou desenvolvimento do tecido urbano envolvente (bairro):	Datas-baliza ou época de construção Anos limite Década Século Vocação funcional predominante Habitacional unifamiliar Habitacional multifamiliar Comercial Turística Industrial Utilização anterior dos terrenos Horta Cerca conventual Arrabalde

	<p>Esplanada de fortificação Área extramuros Palude Quinta Principais transformações sofridas Regularização Nivelamento Terraplano sobre linha ou massa de água Tipo de formação / traçado urbano adoptado ou resultante Linear Regular, ortogonal ou reticulado Radial ou radioconcêntrico Estruturado em função de um elemento ou espaço urbano Disperso, orgânico ou espontâneo Morfologia geral das parcelas geradas Geometria regular Geometria irregular Geometria composta Limites perpendiculares ou oblíquos ao alinhamento marginal da via</p>
4. Grandes eixos definidores da envolvente:	<p>Rodoviários e ferroviários Cursos de água Formações de relevo natural ou artificial Outras linhas directrizes da configuração do território (lugares, edifícios, malhas, vias e factos artificiais e naturais)</p>
5. Particularidades morfológicas do tecido urbano imediatamente envolvente	<p>Frentes resultantes de alargamento ou estreitamento do perfil da via / realinhamento de planos marginais Lotes que operam a transição entre malhas urbanas distintas</p>
6. Volumetria (média) do tecido urbano imediatamente envolvente	<p>Baixa, a volumetria de construções com até três pavimentos (r/c e dois pisos elevados) Média, a volumetria de construções com entre quatro e seis pavimentos (r/c e cinco pisos elevados) Alta, a volumetria de construções com sete pavimentos ou mais</p>
7. Densidade (média) do tecido urbano imediatamente envolvente	<p>Baixa, Média ou Alta, podendo coincidir ou não com a Volumetria</p>
FONTE	<p>1. O objecto em si e a sua envolvente, a partir do contacto directo;</p> <p>2. Bibliografia e documentação de arquivo, com referência a processos de expansão, ocupação e/ou consolidação urbana e territorial, seu programa e concretização – por exemplo, arquivos de obras municipais para reconstituição do processo de urbanização da área envolvente ao objecto, projectos de abertura de ruas, urbanização e loteamento, expropriações e espaços verdes; arquivos municipais fotográficos para imagens de configurações urbanas passadas e de operações de transformação em curso;</p> <p>3. Cartografia actualizada com nomenclatura de vias, numeração de polícia e imagem aérea bidimensional, de iniciativa municipal (p. ex.</p>

	<p>http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/), regional (p. ex. http://geo.algarvedigital.pt/), militar (http://www.igeoe.pt/) ou civil (http://www.igeo.pt/);</p> <p>4. Ortofotomapas e imagem de satélite, bi e tridimensional (p. ex. http://earth.google.com/ e http://maps.live.com/).</p>
REGRAS DE PREENCHIMENTO	<p>A redacção dada ao <i>Enquadramento</i> deve traduzir o cruzamento da experiência vivida pelo inventariante, preciosa na detecção <i>in loco</i> da importância relativa dos diversos elementos em presença (orográficos, urbanos, paisagísticos e outros), com o recurso a dados de origem bibliográfica, quanto à história da cidade e da ocupação do território, e a ferramentas de informação cartográfica e fotográfica de nova geração.</p> <p>As sete categorias principais acima identificadas (pontos 1 a 7 do campo <i>Termos a utilizar no preenchimento do elemento</i>) estruturam uma análise de pormenor crescente – desde o carácter genérico da envolvente até à densidade do tecido urbano próximo –, pelo que a sua ordem deve ser seguida na redacção do <i>Enquadramento</i>:</p> <p>1 - [Indicação da localização do objecto arquitectónico quanto à principal via de acesso (frente N./S./E./O. da rua x, entre as ruas y e z)].</p> <p>2 - [Indicação do bairro ou área urbana em que o objecto se localiza e a sua caracterização resumida – as datas-baliza ou época de construção, a vocação funcional predominante, a utilização anterior dos terrenos e as principais transformações sofridas, o tipo de formação / traçado urbano adoptado ou resultante, a morfologia geral do parcelamento existente, os principais eixos e factos naturais e artificiais que o determinaram, as particularidades morfológicas do tecido urbano imediato e as suas volumetria e densidade de construção médias].</p> <p>3 - Quando pertinente: ([Indicação das toponímias passadas]).</p> <p>4 - [Indicação dos edifícios e estruturas construídas de relevo existentes na envolvente e explicitação da relação entre estes e o objecto em análise, seja de associação simples (parceiros na conformação de um espaço urbano público, p. ex.) seja de hierarquia (objecto que contém outros, objecto contido em outro, p. ex.).].</p>
OBSERVAÇÕES	<p>É desejável, ainda, que os objectos da envolvente que disponham de registo próprio nos inventários nacionais, sejam referenciados com a respectiva designação e número (em parêntese).</p>
EXEMPLOS	<p>> <i>Conjunto de edifícios na Rua de Caçadores Quatro n.º 9 a n.º 35</i> (IHRU/SIPA n.º PT050805050175, Faro, Faro, Sé)</p> <p>Urbano. Conjunto que ocupa toda a parte central da frente O. da R. de Caçadores Quatro, entre a R. D. Teresa Ramalho Ortigão e o Lg. de São Francisco. Esta via constitui o principal atravessamento N.-S. do Bairro de São Francisco, parcela homogénea do tecido urbano contíguo ao núcleo primitivo de Faro (Vila-Adentro) correspondente à urbanização, a partir do segundo quartel do séc. XX, da antiga Horta dos Cães ou de São Francisco. A toponímia do arruamento denuncia a sua função primordial – efectuar a ligação entre o conjunto formado pela Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (v. PT050805050076) e antigo convento do mesmo nome, adjacente a S., convertido e utilizado durante 150 anos como quartel do Regimento de Infantaria n.º 4 (designado de Caçadores Quatro, v. PT050805050071), e o centro da cidade extramuros (Lg. Alexandre Herculano). A rua, incluída no loteamento para edificação urbana das antigas terras de cultivo delimitadas pela cerca do convento, a S., pelas frentes construídas do Lg. de São Francisco e da R. do Bocage, a S., O. e N., e pela Cerca Seiscentista de</p>

	Faro (v. PT050805040040), a E., mantém ainda parte das suas densidade e volumetria primitivas, ambas baixas; caracterizam-na frentes contínuas de construções de pequeno porte (pavimento térreo), pequena extensão de frente e grande profundidade, com logradouros muito reduzidos ou, em casos pontuais – normalmente em lotes de acerto da nova malha urbana ortogonal com o perímetro preexistente –, rodeadas de um pequeno jardim (caso presente).	
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Enquadramento	Descrições / Nota histórica-artística

11 DESCRIÇÃO

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	<p>O elemento <i>Descrição</i> contém uma leitura objectiva e sucinta da estrutura e elementos caracterizantes do objecto (Conjunto, Edifício ou Fracção).</p> <p>1. Contribui para a identificação do objecto – para a clarificação dos seus traços identitários principais.</p> <p>2. Veicula, de modo claro e simplificado, os traços essenciais do objecto arquitectónico nas suas diversas dimensões (inserção urbana, implantação, morfologia e funcionamento), procurando sempre que possível tocar as distintas escalas em que aquele se apresenta (volume e estrutura gerais, conjuntos de espaços, espaços individuais, pormenores).</p> <p>3. Traduz uma visão compreensiva do objecto, não apenas literal (no sentido da mera descrição da sua face exterior visível, mais fácil e fielmente dada pelo levantamento fotográfico, por exemplo) mas assente na compreensão do modo pelo qual a função, ou conjunto de funções, desempenhadas pelo edifício e pelas suas partes, se relacionam com a forma que aquele apresenta.</p>							
OBRIGAÇÃO	Opcional.							
APLICABILIDADE	Todos os tipos de objecto arquitectónico de habitação multifamiliar.							
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	<p>A utilização está condicionada ao valor constante do elemento <i>Tipo</i>: caso o valor deste seja <i>Conjunto de edifícios de habitação multifamiliar</i> ou <i>Edifício de habitação multifamiliar</i>, devem ser utilizados todos os valores do campo <i>Termos a utilizar no preenchimento do elemento</i>; caso o valor constante do <i>Tipo</i> seja <i>Fracção de edifício de habitação multifamiliar</i>, os valores a utilizar devem limitar-se aos pontos 4 e 5 do campo referido, e ainda ao ponto 3.11 do mesmo, com as devidas adaptações.</p>							
TERMOS A UTILIZAR	<p>1. Inserção urbana</p> <table border="1" data-bbox="537 1241 1360 1902"> <tr> <td data-bbox="537 1241 878 1671">1.1. Modo de agrupamento do(s) edifício(s) com os adjacentes</td> <td data-bbox="878 1241 1360 1671"> Edifício(s) isolado(s) Edifício(s) geminado(s) Edifício(s) em banda entre empenas De gaveto De extremo (uma das empenas não ocupada) Intermédio Edifício(s) em banda flanqueado Unilateral Bilateral Edifício(s) formando frente de rua contínua (quarteirão fechado) Edifício(s) formando bloco independente da frente de rua (quarteirão aberto) Outra situação (qual) </td> </tr> <tr> <td data-bbox="537 1671 878 1881">1.2. Tipo de espaço exterior público confrontante (que envolve ou margina o edifício ou conjunto)</td> <td data-bbox="878 1671 1360 1881"> Rua / Avenida / Travessa / Calçada Praça / Largo / Praceta Pátio / Impasse Rua pedonal / Caminho Escadaria / Escadinhas Área verde Outro (qual) </td> </tr> <tr> <td data-bbox="537 1881 878 1902">1.3. Modo de participação</td> <td data-bbox="878 1881 1360 1902">Edifício(s) de excepção</td> </tr> </table>		1.1. Modo de agrupamento do(s) edifício(s) com os adjacentes	Edifício(s) isolado(s) Edifício(s) geminado(s) Edifício(s) em banda entre empenas De gaveto De extremo (uma das empenas não ocupada) Intermédio Edifício(s) em banda flanqueado Unilateral Bilateral Edifício(s) formando frente de rua contínua (quarteirão fechado) Edifício(s) formando bloco independente da frente de rua (quarteirão aberto) Outra situação (qual)	1.2. Tipo de espaço exterior público confrontante (que envolve ou margina o edifício ou conjunto)	Rua / Avenida / Travessa / Calçada Praça / Largo / Praceta Pátio / Impasse Rua pedonal / Caminho Escadaria / Escadinhas Área verde Outro (qual)	1.3. Modo de participação	Edifício(s) de excepção
1.1. Modo de agrupamento do(s) edifício(s) com os adjacentes	Edifício(s) isolado(s) Edifício(s) geminado(s) Edifício(s) em banda entre empenas De gaveto De extremo (uma das empenas não ocupada) Intermédio Edifício(s) em banda flanqueado Unilateral Bilateral Edifício(s) formando frente de rua contínua (quarteirão fechado) Edifício(s) formando bloco independente da frente de rua (quarteirão aberto) Outra situação (qual)							
1.2. Tipo de espaço exterior público confrontante (que envolve ou margina o edifício ou conjunto)	Rua / Avenida / Travessa / Calçada Praça / Largo / Praceta Pátio / Impasse Rua pedonal / Caminho Escadaria / Escadinhas Área verde Outro (qual)							
1.3. Modo de participação	Edifício(s) de excepção							

na envolvente edificada	Edifício(s) consonante Edifício(s) dissonante
2. Implantação	
2.1. Tipo de lote	Dimensão (área total) Pequena (abaixo de 100m ²) Média pequena (100m ² a 300m ²) Média grande (300m ² a 600m ²) Grande (acima de 600m ²) Número e largura de frentes do lote sobre a via pública Número de frentes sobre lotes adjacentes Formato do lote em planta Rectangular de frente estreita (profundidade > frente) Rectangular de frente larga (profundidade < frente) Quadrangular (profundidade e frente iguais ou aproximadas) Quadrilátero irregular (quatro lados formando figura geométrica irregular, trapézio, etc.) Outras formas (irregulares e recortadas, curvas, gavetos)
2.2. Tipo de ocupação do lote, nos pisos acima e abaixo do solo	Ocupação total do lote Ocupação parcial à frente do lote (edifício inserido em frente de rua contínua, alinhado com o plano marginal, com logradouro posterior) Ocupação parcial recuada no lote (edifício inserido em frente de rua contínua, recuado em relação ao plano marginal, com logradouro anterior) Ocupação parcial central no lote (edifício inserido em frente de rua contínua, alinhado ou não com o plano marginal mas flanqueado) Ocupação parcial central no lote (edifício isolado) Ocupação parcial a um lado do lote (edifício inserido em frente de rua contínua, alinhado ou não com o plano marginal mas adossado) Outro (qual)
3. Caracterização funcional e morfológica do edifício ou conjunto	
3.1. Número de pisos abaixo e acima (inclui o térreo, os parciais e recuados) do solo, sua ocupação funcional e pé-direito médio	Habitação Pequeno e médio comércio (detalhar) Pequena indústria (detalhar) Serviços / Escritórios (detalhar) Armazenagem Recolha e guarda de veículos Segurança, limpeza e recolha de lixo Recreio e reunião (espaços comuns) Outras actividades (quais)
3.2. Modo de ligação do edifício ao solo	Ligação integral (térreo integralmente ocupado por construção) Ligação parcial (parte superior assente)

	<p>em estrutura aparente / pilares, com térreo parcialmente ocupado por construção – acessos, comércio ou outros)</p> <p>Ligação inexistente (parte superior assente em estrutura aparente / pilares, sem outros corpos construídos)</p>
3.3. Número e largura das fachadas sobre a rua, de tardo, laterais / empenas no piso-tipo, profundidade média da cave e piso térreo	
3.4. Volumetria geral	<p>Simples (volume geral único, mesmo se não elementar)</p> <p>Composta (diversos volumes com variedade formal)</p>
3.5. Formato da planta do piso-tipo	<p>Rectangular de frente estreita</p> <p>Rectangular de frente larga</p> <p>Quadrangular</p> <p>Poligonal regular (hexagonal, octogonal)</p> <p>Em L</p> <p>Em T (“Rabo de bacalhau”)</p> <p>Outra (qual)</p>
3.6. Número total e posição das fachadas habitáveis	<p>Uma fachada</p> <p>Duas fachadas opostas paralelas</p> <p>Duas fachadas convergentes</p> <ul style="list-style-type: none"> – Edifício de gaveto (Obtuso se as fachadas fazem entre si um ângulo interno $> 90^\circ$ e $< 180^\circ$, Recto se = 90°, Agudo se $< 90^\circ$) – Edifício de canto (se as fachadas fazem entre si um ângulo interno $> 180^\circ$) <p>Três fachadas</p> <p>Quatro ou mais fachadas</p> <p>Sobre a rua / passagem / logradouro / outra</p>
3.7. Número e posição das empenas	Idem 3.6.
3.8. Espaços especiais	<p>Saguão central</p> <p>Saguão lateral</p> <p>Marquises ou varandas em corpo saliente de grande dimensão</p> <p>Outros volumes salientes (caixas de escada, elevador)</p> <p>Pisos vazados</p> <p>Espaços reentrantes</p> <p>Outros (quais)</p>
3.9. Forma da cobertura	<p>Plana</p> <p>Inclinada com uma água</p> <p>Inclinada com duas águas</p> <p>Inclinada com quatro ou mais águas</p> <p>Amansardada</p> <p>Outra (qual)</p>
3.10. Tipo de núcleo de acessos / comunicações verticais	<p>Escada</p> <ul style="list-style-type: none"> Simples Dupla (principal / serviço ou emergência)

	<p>Escada e elevador(es) associado(s) (na bomba)</p> <p>Escada e elevador(es) separado(s)</p> <p>Com patamar comum</p> <p>Com patamares distintos (escada e caixa de elevador enclausurados)</p>
3.11. Princípios e elementos da composição arquitectónica	<p>Modulação e métrica do alçado e sua relação com a malha estrutural, na horizontal e vertical</p> <p>Tipo de superfície da fachada</p> <p>Um único plano</p> <p>Diversos planos (dados por corpos salientes ou varandas, saliência ou reentrância de partes do revestimento)</p> <p>Superfície muito / pouco texturada (motivo)</p> <p>Morfologia dos vãos</p> <p>Pontuais</p> <p>Contínuos (em faixa horizontal ou vertical, em fachada-cortina)</p> <p>Diversificados (como)</p> <p>Posição e tipo de varandas</p> <p>Em todos os pisos elevados</p> <p>Posição pontual (apenas um ou dois pisos) / alternada (piso sim, piso não)</p> <p>Varandins</p> <p>No plano de fachada</p> <p>Salientes do plano de fachada</p> <p>Varandas individuais</p> <p>Salientes</p> <p>Reentrantes (escavadas no volume edificado)</p> <p>Varandas corridas</p> <p>Varandas em grelha ou <i>estante</i></p> <p>Tipo de elementos de preenchimento</p> <p>Opacos (material)</p> <p>Perfurados (material)</p> <p>Translúcidos ou transparentes (material)</p>
3.12. Grau de correspondência entre elementos de composição exterior e orgânica funcional interior	<p>Correspondência clara (quando o alçado traduz, na diversidade dos seus elementos e composição, a orgânica funcional interior – p. ex. a localização de cozinhas, salas, quartos)</p> <p>Correspondência não evidente (quando a composição do alçado é claramente independente da orgânica funcional interior, não reflectindo aquela)</p>
4. Caracterização funcional e morfológica do piso-tipo	
4.1. Número de fogos por piso e por patamar	<p>Todos os fogos do piso com acesso pelo mesmo patamar</p> <p>Fogos com acesso por patamares alternados (laje de piso seccionada e desfasada)</p>
4.2. Sistema de distribuição	Distribuição por núcleo de escada /

dos fogos	<p>escada e elevador, colocado em posição</p> <p>Anterior (na fachada principal, pela qual é feito o acesso da via pública)</p> <p>Lateral</p> <p>Central</p> <p>Posterior (na fachada de tardo)</p> <p>Saliente</p> <p>Solta</p> <p>Distribuição por escada / escada e elevador e galeria / corredor, existente</p> <p>Em posição central / lateral relativamente à planta (sentido longitudinal)</p> <p>Em todos os pisos (na mesma fachada / em fachadas alternadas)</p> <p>Em pisos alternados (em cada dois / em cada três pisos)</p>
4.3. Tipologia dos fogos em cada piso-tipo e não-tipo (recuados, intermédios, rés-do-chão, caves)	Tx (T0 a T6 ou superior), com distribuição por Esq. (esquerdo) e Dir. (direito)
5. Caracterização funcional e morfológica do fogo	
5.1. Tipo de fogo por cada tipologia	<p>Simplex</p> <p>Duplex</p> <p>Semi-duplex</p> <p>Estúdio (fogo com piso parcialmente vazado / pé-direito parcialmente duplo)</p> <p>Triplex</p> <p>Outro (qual)</p>
5.2. Área interior por cada tipologia	
5.3. Tipo de espaço de circulação	<p>Entrada com / sem vestíbulo</p> <p>Espaço de circulação autónomo</p> <p>Simplex</p> <p>Duplo ou triplo (íntimo, social e de serviço)</p> <p>Espaço de circulação com atravessamento de espaço comum</p> <p>Espaço de circulação alternativo (compartimentos directamente comunicantes)</p> <p>Escada interior (existência de)</p>
5.4. Tipo e localização da cozinha	<p>Em espaço independente adjacente a espaço de circulação</p> <p>Cozinha simples (com / sem despensa)</p> <p>Cozinha com copa</p> <p>Cozinha com zona de tratamento de roupa anexa</p> <p>Em espaço independente adjacente a espaço comum (sala)</p> <p>Isolável</p> <p>Não isolável</p> <p>Incluída em espaço comum (sala) – copa ou <i>kitchenette</i></p>

5.5. Tipo de sala(s)	Em um espaço encerrado Em um espaço aberto ao espaço de circulação / outra sala Espaço monofuncional (sala de refeições, sala de estar) Espaço multifuncional, incorporando zona de refeições (sala comum)
5.6. Tipo e localização de instalações sanitárias	No interior do fogo em um único compartimento No interior do fogo em mais de um compartimento No exterior do fogo em varanda / marquise / escada / logradouro Outro (qual)
5.7. Tipo de quartos e espaços para dormir	Exterior Interior com janela Interior sem janela
5.8. Tipo e número de outros compartimentos do fogo	Sala / quarto de trabalho / estudo / recreio Despensa extra / arrumo Marquise Outro (qual)
5.9. Tipo e número de dependências do fogo – espaços exteriores privativos	Térreo – Quintal / Jardim, Pátio Elevado – Varanda / Balcão, Terraço Outro (qual)
5.10. Tipo e número de dependências do fogo – espaços interiores privativos	Arrecadação Espaço individual de lavagem / secagem de roupa Garagem individual / box de estacionamento Outro (qual)
5.11. Tipo e número de espaços de utilização comum	Sala de condomínio Ginásio / corte de ténis / campo desportivo / piscina e equipamentos de apoio Estacionamento Lavandaria Sala de recreio de crianças Espaço de arrumação de bicicletas e motociclos Espaço para serviços técnicos e infraestruturas Espaço para vazamento de lixo Espaço para acumulação de lixo Espaço de recolha de contentores de lixo Espaço para bateria de receptáculos postais Arrecadação de material de limpeza Espaço para concentração de contadores Espaço para ductos de canalizações Espaço para máquinas e equipamentos (elevadores, montacargas)

	5.12 Orientação solar (aproximada) dos principais sectores da habitação (estar e refeições / dormir / serviço)	Nascente Poente Norte Sul
FONTE	A <i>Descrição</i> terá como fontes essenciais, e para além do objecto em si, os dados trabalhados pelo inventariante e provenientes da análise: de representações gráficas e fotográficas nas escalas territorial, urbana e arquitectónica, tanto actuais como passadas (documentação de arquivo); e do projecto que esteve na origem da produção do objecto, nas suas fases mais importantes e sempre que possível.	
REGRAS DE PREENCHIMENTO	<p>O preenchimento de uma <i>Descrição</i> deve, à semelhança do modo como o objecto é correntemente abordado – de longe para perto, do geral para o particular –, transmitir uma leitura de escala progressivamente menor, que do todo se dirige para a parte, apoiando-se na seguinte estrutura:</p> <p>1. Análise da inserção urbana do objecto:</p> <p>1.1 - [Indicação do modo de agrupamento do edifício com os adjacentes, isto é, do modo como o(s) edifício(s) se articula(m) com a malha urbana envolvente; do tipo de espaço exterior público confrontante com o(s) lote(s), que envolve ou margina o(s) lote(s); e do tipo e características da participação do(s) edifício(s) na sua envolvente edificada, isto é, o acordo ou contraste entre aquele(s) e esta].</p> <p>1.2 – [Indicação da escala e características da Consonância ou Dissonância entre objecto e envolvente (o objecto pode ser consonante ou dissonante na sua envolvente imediata e na área urbana alargada em que se insere, ou consonante ou dissonante apenas em um dos dois âmbitos (envolvente imediata ou área urbana alargada); e pode ser consonante ou dissonante quanto à sua altura, volumetria e forma global, linguagem arquitectónica e materiais e cores de revestimento, por exemplo)].</p> <p>2. Análise da implantação do objecto:</p> <p>[Indicação do tipo de lote (dimensão, largura, formato e número de frentes); e do tipo quantitativo de ocupação do lote pela construção (total ou parcial e em que parte)].</p> <p>3. Caracterização funcional e morfológica do edifício ou conjunto, feita, nos seus traços gerais, em paralelo, dada a ligação directa e automática existente entre programa funcional e forma, que caracteriza o edifício de habitação multifamiliar.</p> <p>[Indicação do número de pisos acima (inclui o térreo) e abaixo do solo, sua ocupação funcional e pé-direito médio; o modo de ligação do edifício ao solo; dos principais valores dimensionais da planta (largura das fachadas principal, de tardoz, laterais / empenas no piso-tipo, profundidade média da cave e piso térreo); da classificação da volumetria geral; do formato da planta do piso-tipo (responsável pela forma em planta do volume geral); do número e posição das fachadas habitáveis e das empenas; os espaços especiais do volume geral; a forma da cobertura; do tipo de núcleo de acessos / comunicações verticais; os princípios e elementos da composição arquitectónica reconhecíveis e assinaláveis; e do grau de correspondência entre os elementos de composição exterior e a orgânica funcional interior].</p> <p>4. Caracterização funcional e morfológica do piso-tipo:</p> <p>[Indicação do número de fogos por piso e por patamar (que pode variar em casos de pisos subdivididos em cotas distintas); do sistema de distribuição dos fogos (conjugando escada, elevador e galeria ou</p>	

	<p>corredor); e da tipologia dos fogos em cada piso-tipo e não-tipo].</p> <p>4.Caracterização funcional e morfológica do fogo e suas dependências: [Indicação do tipo de fogo (simplex, duplex, etc.) e respectiva área interior, por cada tipologia; do tipo e número de espaço(s) de circulação interna; do tipo e localização da cozinha; o tipo de sala(s); do tipo e localização de instalações sanitárias; do tipo de quartos e espaços para dormir; do tipo e número de outros compartimentos do fogo, de dependências do fogo (exteriores e interiores) e de espaços de utilização comum; e da orientação solar dos principais sectores da habitação (estar e refeições / dormir / serviço)].</p>
OBSERVAÇÕES	<p>Os conceitos de Excepção, Consonância e Dissonância, na acepção aqui empregue, não pressupõem qualquer consideração qualitativa quanto à valia estética ou plástica do objecto, ou quanto à pertinência ou correcção da sua inserção no tecido urbano ou paisagem envolvente. Pretende-se apenas o registo de um factor objectivo, na medida do possível, que traduza em termos facilmente perceptíveis o tipo de relação existente entre o objecto e o seu contexto.</p>
EXEMPLOS	<p>> <i>Edifício na Rua Rebelo da Silva n.º 2 / Rua Aquiles Monteverde n.º 34</i> (IHRU/SIPA n.º PT031106441365, Lisboa, Lisboa, São Jorge de Arroios)</p> <p>Edifício de habitação multifamiliar em banda, de gaveto, formando frente de rua contínua e quarteirão fechado, confrontante com rua de perfil simples (R. Rebelo da Silva) e rua de perfil duplo (ruas Aquiles Monteverde e Pascoal de Melo). Edifício consonante com os restantes imóveis do quarteirão com frentes para as mesmas ruas e com outros imóveis da R. Pascoal de Melo (coevos e semelhantes em volumetria e tratamento arquitectónico), e dissonante com os imóveis do mesmo quarteirão com frente para a R. de Arroios e com os dos quarteirões a O. – Bairro das Ilhas (com volumetria e período histórico-construtivo distintos). Lote de dimensão média grande (c. 400m²) com duas frentes sobre a via pública e duas frentes sobre os lotes adjacentes (c. 16m cada), em planta de raiz trapezoidal (quadrilátero sem lados paralelos cujos dois lados maiores, neste caso, formam ângulo agudo e são concordantes em linha curva, formando um quinto lado). Lote com ocupação total por construção em cave e, a partir do piso térreo, ocupação parcial à frente, por edifício alinhado com os planos marginais das ruas e dotado de logradouro posterior.</p> <p>Edifício com um piso abaixo do solo (cave para armazém e arrecadações do comércio, com pé-direito médio de 3m e pavimento ao nível do exterior na extremidade E. da fachada sobre a R. Aquiles Monteverde) e 6 pisos acima do solo, dos quais 3 são integrais (térreo, 1.º e 2.º andares) e 3 são parciais; destes, o térreo é dedicado a habitação (porteira) e comércio (duas lojas de pequena dimensão, uma de média e uma de grande dimensão) e tem pé-direito médio de 3m, e os restantes a habitação, com pé-direito médio de 2,60m. À excepção do segmento de cilindro no gaveto (c. 9m em toda a altura), a largura total das duas fachadas sobre os arruamentos varia, diminuindo em altura: c. 16m desde a base até ao 2.º andar, sobre a R. Rebelo da Silva, e até ao 4.º andar, sobre a R. Aquiles Monteverde; c. 12,50m do 3.º ao 5.º andar no primeiro caso, e apenas no 5.º andar, no segundo caso. Duas fachadas de tardo com largura de variação semelhante, entre 7,50m e 4,50m. Duas empenas com c. 16m de largura em cave e c. 10m a partir do piso térreo. Volumetria geral simples, ainda que originada por planimetria irregular e recortada nos encontros com os lotes adjacentes (em 3 pisos no lado N., apenas no último piso no lado E.). Planta do piso-tipo composta por dois braços ou alas e quatro fachadas habitáveis,</p>

concorrentes em ângulo agudo e correspondentes aos alinhamentos das ruas, rematadas por duas empenas perpendiculares àquelas. Cobertura inclinada com quatro águas sobre cada uma das alas e com uma água curva (troço de cone) no encontro exterior daquelas. Núcleo de comunicações verticais formado por escada simples, elevador e montacargas separados, partilhando um patamar comum.

Composição arquitectónica das fachadas assente em dois elementos principais: a afirmação da malha estrutural em alçado, evidente nos pilares do piso térreo e nas lajes que dividem o gaveto boleado em 5 painéis iguais; e o avanço dos 5 andares sobre a rua, destacando-se do plano marginal do lote (o plano vertical do piso térreo e das extremidades laterais das fachadas). Este avanço é feito por dois volumes, um sobre cada uma das ruas, correspondentes às baterias de quartos e salas dos apartamentos, e caracterizados por faixas horizontais alternadamente opacas (os peitoris e vergas dos vãos de janela) e transparentes (os próprios vãos, separados apenas pelos nembos – intervalos entre vãos). Os dois volumes são unidos, no gaveto, pelo pano cilíndrico cujas linhas horizontais assinalam as lajes referidas e prolongam, entre estas, as linhas das vergas das janelas mencionadas. Este pano é fortemente caracterizado pela grelhagem cerâmica de módulo hexagonal (*favo de mel*) que contribui para enriquecer o jogo de claro-escuro (sol-sombra) de todo o alçado e esconde a função principal das varandas das cozinhas (estendal). Existe neste caso uma correspondência clara entre a composição dos alçados e a orgânica funcional interior, na medida em que as áreas de modulação constante da planta – as baterias de quartos e salas, de métrica muito aproximada – têm clara tradução em alçado, nos vãos de janela em faixa horizontal; do mesmo modo, as áreas de excepção da planta – a intersecção dos dois braços, cada um com a sua geometria ortogonal bem definida, num ângulo agudo –, ocupadas pelos compartimentos de maior flexibilidade (cozinhas, despensas), são claramente apresentadas no alçado pelo tratamento excepcional dado ao gaveto.

O edifício contém 4 fogos por piso, todos com acesso pelo mesmo patamar a partir de núcleo de escada, elevador e monta-cargas colocado em posição central na planta (com eixo na linha bissectriz do ângulo formado pelos dois braços). As tipologias distribuem-se da seguinte forma: um fogo T0 no piso térreo (porteira); dois fogos T2 e dois T3 nos 1.º e 2.º andares (T2+T3 em Esq., idem em Dir.); um fogo T1, dois T2 e um T3 nos 3.º e 4.º andares (T2+T3 em Esq., T1+T2 em Dir.); e dois fogos T1 e dois T2 no 5.º andar (T1+T2 em Esq., idem em Dir.).

Todos os fogos são simplex de pequena dimensão (T3 com c. 80m², T2 com c. 60m², T1 com c. 40m²), variando o tipo de espaço de circulação interior: embora todos os apartamentos tenham entrada por vestíbulo, a circulação é feita por corredor autónomo apenas nos T2; nos T1 e T3, o acesso aos quartos (com um segundo vestíbulo, íntimo) é feito mediante o atravessamento da sala. Por esta razão, as salas (comuns, com zona de refeições incorporada) são espaços encerrados e autónomos apenas no primeiro caso. Todas as cozinhas são simples com despensa, e localizam-se em espaço independente adjacente a espaço de circulação, sendo o tratamento de roupa processado na varanda anexa. As instalações sanitárias são interiores (iluminadas por vãos superiores a partir dos quartos), em compartimentos únicos (agrupados em redor de duas prumadas gerais); todos os quartos são exteriores. Os espaços exteriores privativos resumem-se, nos fogos das extremidades de cada braço, a uma varanda com acesso pela sala e cozinha; os restantes fogos possuem apenas, como espaço semi-exterior, a referida varanda de serviço. Não existem quaisquer dependências dos fogos em espaços

	interiores privativos, ou espaços de utilização comum para os habitantes (para além dos óbvios compartimentos técnicos de pequena dimensão – material de limpeza sob o arranque da escada e casa das máquinas do elevador e monta-cargas sob a cobertura). Não existe uma orientação solar predominante para os diferentes sectores da habitação; com uma planta de dois braços quase simétricos, com salas, quartos e cozinhas abertos sobre as quatro fachadas, os sectores podem estar orientados a qualquer um dos pontos cardeais, variando com a posição de cada fogo.	
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Descrição	Descrições / Nota histórica-artística

12 ARQUITECTO / CONSTRUTOR / AUTOR – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

13 CRONOLOGIA

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	O elemento <i>Cronologia</i> corresponde à relação cronológica dos principais momentos da história do objecto a registar. Este elemento visa a reconstituição escrita do processo de planeamento, projecto e construção do edifício ou conjunto de edifícios, abrangendo ainda os antecedentes e preexistências relevantes para a compreensão do objecto do registo, os factos posteriores ao início da vida útil do objecto que tenham representado importantes momentos na sua utilização e em alterações funcionais ou morfológicas do mesmo, e os factos exteriores aos processos urbanístico e arquitectónico com peso, influência ou interferência directa na sua criação, desenvolvimento, usufruto, alteração ou eliminação.	
OBRIGAÇÃO	Opcional.	
APLICABILIDADE	Todos os tipos de objecto arquitectónico de habitação multifamiliar.	
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	O preenchimento utiliza valores também incluídos no elemento <i>Arquitecto / Construtor / Autor</i> : os nomes ali referidos devem ser citados na referência às respectivas intervenções, na entrada cronológica correspondente.	
TERMOS A UTILIZAR	1. Registo de momentos de formação / transformação urbana , com consequências na concepção ou realização do objecto – datas principais e dados essenciais sobre o projecto e realização de:	Operação urbanística de raiz Abertura de arruamento Lançamento de nova frente de expansão urbana Aproveitamento de miolo de tecido urbano consolidado Cerca conventual Horta ou quintal Quinta Reconversão urbanística De área industrial De área portuária De área rural
	2. Registo das datas e linhas principais das grandes fases do projecto arquitectónico e complementares, tanto da solução realizada quanto das soluções não realizadas, nomeadamente:	Projecto de arquitectura Programa Base Estudo Prévio Anteprojecto Projecto Geral (Licenciamento da construção) Projecto de Execução ou de Comunicação à Obra Telas Finais (Licenciamento da utilização) Projectos de especialidades (Estabilidade, Águas e Esgotos, Instalações Eléctricas, Instalações Mecânicas) Projecto de paisagismo e arranjos exteriores Outros projectos complementares (interiores, sinalética, decoração ou outros)
	3. Registo das principais datas da	Inauguração

	<p>vida do edifício ou conjunto e da sua utilização:</p>	<p>Auto de recepção / entrega Entrada em funcionamento Alteração de função Encerramento Demolição parcial ou total</p>
	<p>4. Registo de factos e momentos relativos a intervenientes no processo com consequência directa ou indirecta na solução realizada e / ou em soluções não realizadas:</p>	<p>Antecedentes da família ou indivíduo responsável pela encomenda Processo formativo dos autores ou encomendadores Formação académica Viagens e visitas Fontes de influência Alienação da propriedade e alteração de responsáveis</p>
	<p>5. Registo dos momentos de publicação de instrumentos legislativos e respectiva colocação em prática, relativos a:</p>	<p>Criação de programa nacional de equipamento público Criação de mecanismo de apoio à construção / reabilitação de habitação Criação de legislação aplicável ou relacionada com o objecto Criação da(s) entidade(s) promotora(s)</p>
	<p>6. Registo de acontecimentos sociais, políticos ou culturais, e de factos paralelos cuja menção seja relevante para a história do edifício ou conjunto:</p>	<p>Alteração de regime político Introdução de modos de vida alternativos Alteração de hábitos sócio-culturais Manifestação social ou cultural (festa, reunião)</p>
<p>FONTE</p>	<p>A <i>Cronologia</i> terá como fontes essenciais a bibliografia e a documentação de arquivo. No campo do património arquitectónico de habitação multifamiliar, destacam-se três tipos de arquivos essenciais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os arquivos da administração pública central, para objectos cuja construção foi promovida, directa ou indirectamente, pelo Estado; 2. Os arquivos da administração pública regional e municipal, para os objectos de promoção regional e municipal e para os de promoção privada; 3. E os arquivos pessoais dos intervenientes no processo – arquitectos, urbanistas, engenheiros, construtores, etc. – à sua guarda, da família ou de entidades públicas, para os objectos com responsabilidade destes. <p>Exemplos do tipo 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., no caso de fracções, imóveis e conjuntos cuja realização foi promovida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social e sucessores (1918-1933), pela Secção de Casas Económicas da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1933-1969), pelo Fundo de Fomento da Habitação e respectiva Comissão Liquidatária (1969-1987), pelo Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (1987-2002) e pelo Instituto Nacional de Habitação (2002-2007); – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., no caso de 	

	<p>fracções, imóveis e conjuntos cuja realização foi promovida pela Habitações Económicas – Federação das Caixas de Previdência, pela Junta Central das Casas dos Pescadores, pelas Casas do Povo e respectivas federações;</p> <p>– Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, no caso de imóveis e conjuntos cuja realização foi promovida pelas câmaras municipais e apoiada pelo Estado (Fundo de Desemprego) por intermédio da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e suas representações distritais (direcções de Urbanização dos distritos), nomeadamente os bairros de Casas para as Classes Pobres (a partir de 1945).</p>
REGRAS DE PREENCHIMENTO	<p>A informação a inscrever neste elemento deve obedecer às seguintes formulações:</p> <p>1 – Caso não seja conhecida a data precisa do dado a registar: <i>Idade</i> [Indicação da Idade a inscrever] – [indicação da ocorrência]. ou <i>Séc.</i> [Indicação em numeração romana do século] – [indicação da ocorrência].</p> <p>2 – Caso seja conhecida a data precisa do(s) dado(s) a registar: [Indicação do ano] , [indicação do dia e mês] - [indicação da ocorrência] ; [Indicação do ano] , [indicação do dia e mês] - [indicação da ocorrência].</p>
OBSERVAÇÕES	<p><i>Sugestões para a leitura do processo camarário de um edifício e informação a retirar</i></p> <p>Quando lido a partir de um processo guardado nos arquivos municipais ou junto dos serviços de obras (particulares ou municipais) das instituições camarárias, o historial da apreciação, aprovação e realização de um projecto para um edifício ou conjunto de edifícios de habitação multifamiliar dos séculos XIX, XX e XXI segue uma ordem genericamente reconhecível, embora com possíveis variações pontuais.</p> <p>Obrigatória em Lisboa e Porto desde 1903 (Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, Decreto de 14 de Fevereiro de 1903) e, a nível nacional, apenas a partir de 1951 (Regulamento Geral das Edificações Urbanas, Decreto-Lei n.º 38.382 de 7 de Agosto de 1951), a apresentação de projecto de arquitectura juntamente com o pedido de licença para a realização de obras de ampliação ou construção nova marca, por regra, o início do processo camarário relativo ao objecto em registo. O projecto, por vezes datado (nas peças desenhadas ou escritas), é comumente pouco anterior à data do requerimento apresentado pelo promotor da obra – o <i>Requerente</i> – e encontra-se assinado pelo autor. O processo é completado, uma vez obtidos pareceres favoráveis quanto à Arquitectura, com o Termo de Responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela obra no seu conjunto (que pode ser o arquitecto, o engenheiro autor do projecto de estabilidade, ou o construtor), e com a apresentação dos projectos de especialidades exigidos (Estabilidade, Águas e Esgotos, Instalações e Equipamentos Mecânicos).</p> <p>A apreciação do pedido de licença, sofrendo vicissitudes variáveis em função das particularidades da pretensão ou do número e complexidade das consultas externas a promover (serviços oficiais, bombeiros, outros departamentos da autarquia), culmina com o seu deferimento ou indeferimento. No segundo caso, o projecto pode ser objecto de reformulação e representação, pelo mesmo ou por outro autor e/ou requerente, podendo assumir a forma de um novo pedido de licença ou de uma <i>junção de peças</i> (corrigidas) ao pedido inicial. No primeiro caso (deferimento), é emitida a Licença de Construção e, em caso de edifício</p>

	<p>de substituição, a Licença de Demolição da preexistência. A partir da data destas últimas pode considerar-se que o edifício está oficialmente em obra, a qual termina em data próxima à da apresentação, pelo requerente, das Telas Finais do projecto e do pedido de emissão da Licença de Utilização ou de Habitação; em função das conclusões de uma vistoria à obra terminada, para verificação da coincidência entre esta e os desenhos apresentados (Telas Finais), é emitida a licença em causa ou, caso tal coincidência não se verifique em aspectos considerados essenciais, a sua emissão é condicionada à apresentação de novos processos de alterações e de Telas Finais. A data de conclusão da obra e a de emissão da licença, por regra separadas por um ou dois meses, são directamente referidas no processo camarário e marcam o final da primeira fase de projecto e construção do edifício, cujo registo é recomendável no elemento <i>Cronologia</i>.</p> <p>Aquele processo continua, depois, até ao momento presente, registando as diferentes intervenções operadas ou tentadas; deste registo pode ser retirada informação relativa a intervenções de vulto, com consequências importantes na morfologia e orgânica funcional do edificado. Por exemplo, é sistemática a referência à passagem do objecto ao regime de Propriedade Horizontal, no caso de edifícios para habitação multifamiliar, cujo processo de licenciamento faz parte integrante do dossier camarário.</p> <p>Os nomes elencados no campo <i>Arquitecto / Construtor / Autor</i> entram em correspondência com as respectivas intervenções, acompanhados das datas de nascimento e morte na primeira menção, em parêntese.</p>
EXEMPLOS	<p>> <i>Edifício na Rua Rebelo da Silva n.º 2 / Rua Aquiles Monteverde n.º 34</i> (IHRU/SIPA n.º PT031106441365, Lisboa, Lisboa, São Jorge de Arroios)</p> <p>1891, Janeiro – plano do novo alinhamento da R. Rebelo da Silva e projecto da Tv. Rebelo da Silva (CML: AML/Arco do Cego UROB-PU/09/00564);</p> <p>1892, a partir de – Teotónio de Ornelas Bruges (1841-1929) e o Conde de Linhares procedem, em articulação com a 3.ª Repartição - Engenharia do Serviço de Obras Públicas da Câmara Municipal de Lisboa, à urbanização das terras de sua propriedade mediante a abertura de um conjunto de novos arruamentos entre as ruas Pascoal de Melo, de Dona Estefânia e Rebelo da Silva e a Calçada de Arroios (CML: AML/Arco do Cego UROB-PU/09/00160), dando origem ao que mais tarde será conhecido como Bairro Linhares ou Bairro das Ilhas (o primeiro dos promotores, destacado membro da aristocracia açoriana, foi deputado por Angra do Heroísmo e pela ilha do Pico);</p> <p>1893, a partir de – decorre a elaboração do projecto e execução do alinhamento definitivo da R. Pascoal de Melo, no troço compreendido entre as ruas de Dona Estefânia e Passos Manuel (CML: AML/Arco do Cego UROB-PU/09/00654). A venda e permuta de lotes resultantes da urbanização desta área decorrem desde, pelo menos, 1883 (p. ex., CML: AML/Arco do Cego ADMG-N/02/08345);</p> <p>1903 – a Câmara Municipal de Lisboa adquire os edifícios existentes nos números 201 e 205 da R. Direita de Arroios para, em sua substituição, fazer construir o viaduto que permitirá o prolongamento da R. Pascoal de Melo até à Av. Almirante Reis, sobre aquela via (CML: AML/Arco do Cego ADMG-N/02/10515). Expropriações e aquisições com esta finalidade decorrem desde 1889;</p>

	<p>1910 – segundo a Planta Topográfica de Lisboa de Vieira da Silva Pinto (fl. 11 J), o viaduto sobre a R. de Arroios e a então denominada R. Conselheiro Monteverde, paralela à R. Pascoal de Melo, encontram-se concluídos (CML: AML/Arco do Cego UROB-PU/05/03/091). O Bairro das Ilhas, por seu lado, encontra-se também em grande parte completo, cf. fl. 11 K daquela Planta (CML: AML/Arco do Cego UROB-PU/05/03/104);</p> <p>1956, Junho – Américo do Urmal Ferreira, António Urmal e Alfredo Martins Diogo apresentam pedido de licença à Câmara Municipal de Lisboa para construção de um edifício de habitação multifamiliar, acompanhado de projecto da autoria do arquitecto Fernando Silva (1914-1983). O pedido é indeferido por incumprimento do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (CML: AML/Arquivo Intermédio Proc. 33648/DAG/PG/1956);</p> <p>1957, Julho – o projecto, reformulado por Silvestre Lomba (1929-1979), então tirocinante no escritório de Fernando Silva, é reapresentado a licenciamento, sendo o pedido deferido e a licença de construção emitida em Setembro de 1958 (CML: AML/Arquivo Intermédio Proc. 33648/DAG/PG/1956);</p> <p>1958, Dezembro – José Pedro de Matos apresenta pedido de licença para alterações ao projecto aprovado, com vista à ocupação do logradouro por construção, incluindo arrecadação em cave (CML: AML/Arquivo Intermédio Proc. 5804/DAG/PG/1959);</p> <p>1959, Julho – novo pedido de licença para alterações ao projecto (CML: AML/Arquivo Intermédio Proc. 42306/DAG/PG/1959);</p> <p>1960, Abril – os primeiros requerentes apresentam o último pedido de licença para alterações ao projecto aprovado e respectivas telas finais, documentos que merecem aprovação da Câmara (CML: AML/Arquivo Intermédio Proc. 20344/DAG/PG/1960). Concluída a construção, a licença de utilização é solicitada em Setembro de 1960 (CML: AML/Arquivo Intermédio Proc. 45922/DAG/PG/1960).</p>	
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Cronologia	Descrições

14 TIPOLOGIA

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	<p>O elemento <i>Tipologia</i> contém a identificação e caracterização dos traços distintivos do tipo de edifícios em que se enquadra o objecto e a explicação resumida das soluções espaciais, estruturais, históricas, discursivas e construtivas correspondentes a tal tipo.</p> <p>O preenchimento deste elemento visa tornar clara e perceptível a pertença do objecto registado a uma determinada categoria (funcional, morfológica, histórica e outra), permitindo a sua melhor compreensão, análise e eventual valoração por comparação com outros objectos pertencentes ao mesmo tipo.</p>	
OBRIGAÇÃO	Opcional.	
APLICABILIDADE	Todos os tipos de objecto arquitectónico de habitação multifamiliar.	
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	<p>O preenchimento combina valores referidos nos elementos <i>Descrição</i> (caracterização funcional e morfológica), <i>Arquitecto / Construtor / Autor</i> e <i>Cronologia</i> (caracterização do momento histórico-estilístico do projecto e construção) e <i>Proprietário</i> (caracterização do modo de promoção inicial), que são utilizados na elaboração do quadro tipológico do objecto.</p>	
TERMOS A UTILIZAR	1. Classificação tipológica quanto ao programa funcional inicial	Arquitetura residencial multifamiliar do século 20
	2. Classificação tipológica quanto ao modo de promoção e exploração económica e à existência de funções associadas à residencial	<p>De promoção pública Para arrendamento controlado (indicar o programa) Em regime de propriedade resolúvel (indicar o programa)</p> <p>De promoção privada Em propriedade plena Para arrendamento controlado (p. ex. regime de Rendas Limitadas) Para arrendamento livre (prédio de rendimento / vila operária / ilha) Para habitação própria Em propriedade parcial (regime de Propriedade Horizontal)</p> <p>Dotado de instalações para Pequeno / médio comércio Pequena indústria / artesanato Serviços / escritórios Armazenagem Recolha e guarda de veículos</p> <p>Em piso térreo Cave Outra</p>
	3. Classificação tipológica quanto à implantação, dimensão e altura do(s) edifício(s)	<p>Isolado em Bloco (até quatro pisos elevados) Torre (mais de quatro pisos elevados) Geminado (três fachadas livres) em bloco de dois edifícios</p>

	<p>Banda simples (duas fachadas opostas livres) Inserido em frente de quarteirão fechado Inserido em bloco de mais de dois edifícios Constituindo bloco contínuo (fundações e estrutura comuns) Em ângulo ou gaveto (duas fachadas secantes livres) inserido em Frente de quarteirão fechado Bloco de dois ou mais edifícios Banda dupla (uma fachada livre) Inserido em frente de quarteirão fechado Constituindo bloco contínuo (fundações e estrutura comuns) Edifício de Pequena dimensão (2 a 8 fogos) Média dimensão (9 a 20 fogos) Grande dimensão (21 a 60 f.) Muito grande dimensão (> 60 f.) Edifício térreo (piso térreo a piso térreo com um andar) Edifício de baixa altura (piso térreo e dois a três andares) Edifício de média altura (piso térreo e quatro a nove andares) Edifício de grande altura (> piso térreo e nove andares)</p>
<p>4. Classificação tipológica quanto à disposição, número e dimensão das habitações</p>	<p>X fogos por piso com disposição Simétrica Assimétrica Em esquerdo-direito Em frente-traseira Em bateria (3+ fogos com orientação dominante) Em mosaico (3+ fogos sem orientação dominante) Tipologias habitacionais Mínimas (até um quarto de dormir) Pequenas (2 quartos de dormir) Médias (3 quartos de dormir) Grandes (3+ quartos de dormir)</p>
<p>5. Classificação tipológica quanto ao período histórico-constructivo</p>	<p>Período histórico-constructivo dos edifícios anteriores à introdução da estrutura em betão armado. Meados do século XIX (1850/1870) a c. 1930 Período histórico-constructivo dos primeiros edifícios com estrutura parcialmente em betão armado. C. 1930 – c. 1940 Período histórico-constructivo dos edifícios com estrutura de betão armado da primeira fase. C. 1940 – c. 1960 Período histórico-constructivo dos edifícios com estrutura de betão armado da segunda fase. C. 1960 – c. 1980</p>

	Período histórico-constutivo dos edifícios com estrutura de betão armado da terceira fase. C. 1980 – c. 1990
FONTE	A <i>Tipologia</i> terá como fonte essencial o cruzamento dos dados recolhidos para preenchimento do registo <i>Simplex</i> , em especial nos elementos <i>Descrição, Arquitecto / Construtor / Autor, Cronologia e Proprietário</i> , com a bibliografia relativa à história da arquitectura, tanto geral (nacional e internacional) quanto específica (de período, autor ou movimento).
REGRAS DE PREENCHIMENTO	<p>1 - A construção do quadro tipológico a que corresponde o objecto conjuga a tipificação do programa funcional inicial e modo de promoção do objecto, em primeiro lugar, com tipificações de índole morfológica (dimensional, formal) e historico-constitutiva, em último. A estrutura da redacção é a seguinte:</p> <p>[Indicação da classificação tipológica quanto ao programa funcional inicial].</p> <p>[Indicação da classificação tipológica quanto ao modo de promoção e exploração económica e à existência de funções associadas à residencial].</p> <p>[Indicação da classificação tipológica quanto à implantação, dimensão e altura do(s) edifício(s)].</p> <p>[Indicação da classificação tipológica quanto à disposição, número e dimensão das habitações].</p> <p>[Indicação da classificação tipológica quanto ao período histórico-constutivo].</p> <p>2 - Sempre que possível e pertinente:</p> <p>[Indicação de exemplos destacados da tipologia a que pertence o objecto, em especial quanto ao período historico-constutivo ou à morfologia].</p>
OBSERVAÇÕES	<p>Para efeitos de preenchimento deste elemento, considera-se:</p> <p>1. Período histórico-constutivo dos edifícios anteriores à introdução da estrutura em betão armado – meados do século XIX (1850/1870) a c. 1930 – Estruturas em madeira e alvenaria com partes em ferro, grande eclectismo formal na composição dos alçados (elementos <i>Beaux-Arts</i>, Revivalistas, Arte Nova);</p> <p>2. Período histórico-constutivo dos primeiros edifícios com estrutura parcialmente em betão armado – c. 1930 a c. 1940 – Estruturas mistas de alvenaria e elementos pontuais de betão armado (pavimentos de cozinha, instalações sanitárias, varandas, escadas), composição arquitectónica dos alçados e acessos principais característica</p> <p>2.1. Do primeiro Modernismo / <i>Art Déco</i> (Artes Decorativas) – ritmos geométricos, vãos em faixa, decoração com baixos-relevos ou azulejos</p> <p>2.2. De um Ecletismo tardio, com temática decorativa variada – classicista (frontões, pilastras e frisos de grande expressão), Artes Decorativas (ferros e vidros) e <i>Beaux-Arts</i> (óculos, medalhões, grinaldas)</p> <p>2.3. Do primeiro Regionalismo, com citação literal de elementos da tradição vernácula regional portuguesa e sua aplicação superficial (telhados, alpendres, chaminés, embasamentos de pedra, vãos de porta e janela, arcos, painéis de azulejo figurativo).</p> <p>3. Período histórico-constutivo dos edifícios com estrutura de betão armado da primeira fase – c. 1940 a c. 1960 – Estrutura integral de betão armado da primeira fase, marcada pelos primeiros Regulamentos do</p>

	<p>Betão Armado (1935, 1943), ainda com ampla utilização de alvenaria resistente de tijolo, composição arquitectónica característica, no seu todo,</p> <p>3.1. Do segundo momento de difusão alargada dos princípios e léxico formal do Movimento Moderno (pós-guerra), quanto à implantação (quarteirão aberto, variação em relação ao alinhamento das ruas, orientação das fachadas ao sol otimizada, edifícios sobre pilares), forma e material do edifício (malha estrutural aparente, variedade de planos e elementos salientes, palas, lâminas, grelhagens cerâmicas, azulejo e mosaico);</p> <p>3.2. Do segundo Regionalismo, com traços nacionalistas marcados evocando períodos passados (barroco, neoclássico) e elementos vernáculos (coberturas, materiais, guarnições) em decoração abundante de fachadas sobre vias públicas, com especial incidência em acessos (baixos-relevos), primeiros andares e coroamentos.</p> <p>4. Período histórico-constructivo dos edifícios com estrutura de betão armado da segunda fase – c. 1960 a c. 1980 – Estrutura integral de betão armado da segunda fase (Regulamento de Estruturas de Betão Armado, 1967), vulgarização da técnica de construção pilar / viga / laje e introdução experimental de sistemas de pré-fabricação pesada, composição arquitectónica característica, no seu todo,</p> <p>4.1. Da fase de maioridade do Movimento Moderno na vertente revisionista do Regionalismo Crítico, entendimento culturalista e não literal dos valores vernáculos, utilizados em citações de sentido abstracto (materiais tradicionais, coberturas telhadas de grande expressão) e compostos com estruturas de betão aparente e geometrias complexas, não ortogonais, por vezes próximas do Organicismo (inspirado nas estruturas formais naturais);</p> <p>4.2. Da fase de maioridade do Movimento Moderno na vertente que mantém a utilização do seu léxico compositivo e sua exploração formalista até à vulgarização pontual, em grande escala, com abstracção geométrica no desenho de fachadas, materiais e técnicas actualizados e elementos estruturais evidenciados, por vezes próximas do Brutalismo norte-europeu (em que o betão aparente ganha preponderância).</p> <p>5. Período histórico-constructivo dos edifícios com estrutura de betão armado da terceira fase – c. 1980 a c. 1990 – Estrutura integral de betão armado da terceira fase (Regulamento de Segurança e Acções para Estruturas de Edifícios e Pontes e Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado, 1983), consagração do sistema betão / bloco cerâmico como tradicional, composição arquitectónica característica, no seu todo,</p> <p>5.1. Da tendência de superação do Movimento Moderno na vertente do Pós-modernismo, com elementos da tradição clássica estilizados e alterados em proporção, material e cor, combinados com tecnologias de ponta;</p> <p>5.2. Da tendência de superação do Movimento Moderno pela sua depuração formal de sentido diverso, conjugada com a inovação tecnológica – Minimalismo, Neomodernismo, Neoracionalismo.</p>
EXEMPLOS	<p>> <i>Edifício na Rua Rebelo da Silva n.º 2 / Rua Aquiles Monteverde n.º 34</i> (IHRU/SIPA n.º PT031106441365, Lisboa, Lisboa, São Jorge de Arroios)</p> <p>Arquitectura residencial multifamiliar, do século 20. Edifício de promoção privada em propriedade plena para arrendamento livre, dotado de instalações para pequeno e médio comércio em cave e piso térreo.</p>

	<p>Edifício em gaveto inserido em frente de quarteirão fechado, de média dimensão (20 fogos) e média altura (piso térreo e cinco andares). Quatro fogos por piso com disposição simétrica em esquerdo-direito duplo (dois fogos por lado), tipologias habitacionais mínimas a médias (T1 a T3). Edifício enquadrável no período histórico-constutivo dos edifícios com estrutura de betão armado da primeira fase, composição arquitectónica característica do segundo momento de difusão alargada dos princípios e léxico formal do Movimento Moderno (pós-guerra).</p>	
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Tipologia	Categoria / Tipologia

15 BENS MÓVEIS – VER KIT03

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

16 UTILIZAÇÃO INICIAL – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

17 UTILIZAÇÃO ACTUAL – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

18 PROPRIETÁRIO – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

19 UTENTE – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

20 CONSERVAÇÃO GERAL – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

21 DOCUMENTAÇÃO – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

22 OBSERVAÇÕES – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

23 AUTOR – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

24 DATA – VER KIT 01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

25 TIPO DE REGISTO – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

III. COMO CONTRIBUIR PARA OS INVENTÁRIOS NACIONAIS DE PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

1. Os utilizadores do presente documento são convidados a contribuir para o esforço colectivo de identificação, documentação e divulgação de património arquitectónico português e de promoção ou influência portuguesa, remetendo para o ponto focal **KITS – Património** propostas de registos de inventário patrimonial e de material associado correspondentes a edifícios ou estruturas construídas que, do seu ponto de vista, evidenciem interesse cultural e ou civilizacional.
2. Essas propostas, que poderão referir-se a património arquitectónico documentado ou indocumentado nos sistemas de informação e documentação patrimonial geridos pelos pelo IHRU e pelo IGESPAR, deverão ser elaboradas de acordo com as orientações e os requisitos estabelecidos no presente **KIT**.
3. As propostas de novos registos e de actualização/correção de registos pré-existentes e o respectivo material associado deverão ser remetidos para o ponto focal **KITS - Património** em formato electrónico (preferencialmente utilizando o processador de texto Microsoft Word ou compatível) e para os seguintes endereços:

- endereço electrónico: kitspatrimonio@ihru.pt ;

- endereço postal:

KITS – Património
Forte de Sacavém
Rua do Forte de Monte Cintra
2685 – 141 SACAÇÃO

4. O IHRU e o IGESPAR presumem que os direitos legítimos sobre a propriedade ou a posse dos registos e dos materiais associados que sejam remetidos para o ponto focal **KITS – Património** são detidos pelos respectivos remetentes, pelo que não se constituem como responsáveis pela eventual apropriação ou utilização ilegítima dos referidos direitos.
5. O envio de propostas de registos de inventário e de materiais associados para o ponto focal **KITS – Património**:
 - i. confere ao IHRU e ao IGESPAR os direitos de utilização, exploração, divulgação e reprodução desses registos e materiais ou de partes ou extractos dos mesmos, directamente ou por intermédio de terceiros, desde que esses direitos sejam exercidos no âmbito de actividades directa ou indirectamente relacionadas com o estudo, documentação, divulgação, salvaguarda e valorização de património arquitectónico.
 - ii. não vincula o IHRU e o IGESPAR ao dever de aceitação, conservação e integração dos referidos registos e materiais associados nos respectivos sistemas de informação e documentação patrimonial, nem, tão-pouco, ao dever de intervenção de salvaguarda e valorização do património objecto desses registos.

- iii. não confere ao património arquitectónico objecto desses registos qualquer tipo de protecção legal.
6. O envio de propostas de registos de inventário e de materiais associados para o ponto focal **KITS – Património** faz presumir que os termos e condições de produção, transmissão e utilização de registos de inventário e de materiais associados acima expressos são do total conhecimento do remetente, que com eles concorda sem reservas.

IV. ANEXOS

A - EXEMPLOS DE REGISTO DE INVENTÁRIO

O SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, disponibiliza alguns exemplos de registos de inventário da tipologia de Arquitectura de Habitação Multifamiliar do Século XX no: **URL:** http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B.aspx:

- Conjunto de edifícios na Rua de Caçadores Quatro, n.º 9 a 35 – PT050805050175, Faro, Faro, Sé

- Edifício na Rua Rebelo da Silva, n.º 2 / Rua Aquiles Monteverde, n.º 34 – PT031106441365, Lisboa, Lisboa, São Jorge de Arroios

B - GLOSSÁRIO

ANTEPROJECTO	Fase do processo projectual em que se corrige e pormenoriza a solução do Estudo Prévio e em que se definem as soluções particulares envolvendo elementos secundários, de equipamento e os principais dispositivos de utilização das instalações. A especificação das soluções deve definir o tipo de elementos de modo a permitir que o planeamento de custos seja aperfeiçoado já em termos de elementos da construção (MOP / LNEC / CABRITA 1974).
ÁREA BRUTA DE CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO	Área, expressa em m ² , resultante do somatório das áreas de todos os pavimentos, acima e abaixo do solo, medidas pelo extradorso das paredes exteriores com exclusão de: sótãos não habitáveis; áreas destinadas a estacionamento; áreas técnicas (Posto de Transformação, central térmica, compartimentos de recolha de lixo, etc.); terraços, varandas e alpendres; galerias exteriores, arruamentos e outros espaços livres de uso público cobertos pela edificação (DGOTDU 2005).
ÁREA BRUTA DE UM FOGO	Soma, expressa em m ² , das áreas ocupadas pelo fogo em cada piso de pé-direito não inferior a 2,20m, medidas pelo extradorso das paredes exteriores do edifício e de anexos e pelo eixo das paredes que separam o fogo de espaços comuns, de outros fogos , de dependências e de espaços ocupados por terceiros. Para obtenção da Área Bruta de uma Habitação, somar-se-á ao valor anterior o da Área Bruta de Dependências do fogo (soma das áreas ocupadas pelos espaços privativos exteriores ao fogo – terraços, varandas, jardins, quintais – de pé-direito não inferior a 2,20m, medidas como atrás referido) e o valor proporcional da quota-parte da área dos espaços comuns do edifício (não incluindo galerias e espaços públicos cobertos resultantes do cumprimento de exigências de planos de ordenamento do território aprovados ou de integração urbanística local) (a partir de PEDRO 1999a).
ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DE UM EDIFÍCIO	Superfície de solo edificável delimitada pela intersecção do perímetro exterior das suas paredes exteriores com o terreno, medida no plano horizontal e expressa em m ² . Inclui os pátios interiores e terraços comuns (quando não de acesso público permanente e descobertos) e a área de solo subjacente a varandas e corpos edificados salientes, acima ou abaixo do nível do solo, que se projectem mais de 1,80m para fora do perímetro

	<p>exterior das paredes exteriores. Não inclui as construções anexas de um piso destinadas a garagem ou arrecadação para uso exclusivo dos residentes que não constituam fracção autónoma da propriedade (MOPTC 1993).</p>
ÁREA DO LOTE	<p>Valor da superfície do solo compreendido nos limites cadastrais do lote, expresso em hectares (ha) e metros quadrados (m²) e correspondendo, em princípio, ao valor inscrito na matriz de Registo Predial da propriedade (MOPTC 1993).</p>
ÁREA ÚTIL DE UM FOGO	<p>Soma das áreas úteis de todos os compartimentos do mesmo (MES 1985).</p>
ÁREA ÚTIL DE UM COMPARTIMENTO	<p>Área, expressa em m², de pavimento do mesmo, incluindo roupeiros fixos, deduzida da área de implantação de pilares destacados e da área de superfície com pé-direito inferior aos mínimos regulamentares; nos compartimentos que se desenvolvem em dois níveis, somar-se-á a área em planta da escada de ligação (MES 1985).</p>
AUTO DE RECEPÇÃO	<p>Formalidade que assinala a entrega e recepção de uma obra, celebrada entre as entidades proprietária (Dono de Obra) e adjudicatária da construção. O auto de recepção provisória ocorre no momento da conclusão da empreitada; o acto de recepção definitiva tem lugar em momento posterior (6 meses a um ano depois).</p>
BLOCO	<p>Termo com duas acepções possíveis:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Conjunto de dois ou mais edifícios que constitui uma unidade claramente identificável e autónoma, com tratamento volumétrico e formal uniforme, sendo pouco vincada a separação entre os edifícios constituintes (até ao limite da partilha de fundações e estrutura comuns);2. Edifício isolado e autónomo cuja dimensão horizontal (extensão das fachadas principais) predomina sobre a dimensão vertical (altura das mesmas fachadas).
BOMBA DE ESCADA	<p>Espaço correspondente ao intervalo, em planta, entre dois lanços paralelos de uma escada. A introdução deste intervalo no desenho de escadas para edifícios em altura relaciona-se com imposições regulamentares: o espaço permite a passagem desimpedida da bomba de combate a incêndios, cujo percurso vertical é dificultado em escadas nas quais as laterais dos lanços são coincidentes (edifícios pombalinos, p. ex.).</p>
COMPARTIMENTO HABITÁVEL	<p>Compartimento utilizado exclusivamente como sala, quarto ou cozinha do fogo, ou compartimento que abranja um conjunto de espaços privados directamente interligados incluindo a sala ou</p>

cozinha do **fogo**, no qual são respeitadas as condições de área, de **pé-direito** e de iluminação natural que, para tal compartimento, sejam definidas pela regulamentação em vigor (MES 1985). Compartimento no qual, segundo os instrumentos regulamentares em vigor em determinado momento, podem desenvolver-se funções residenciais que implicam permanência ou estadia prolongada. Em Portugal e a partir de 1951 (RGEU), este grupo abrange todos os compartimentos da habitação excepto vestíbulos, circulações, instalações sanitárias, despensas, arrecadações e arrumos.

COMPARTIMENTO NÃO HABITÁVEL

Compartimento que não se enquadra dentro dos requisitos dos **compartimentos habitáveis**, sendo comumente utilizado como instalação sanitária, vestíbulo, corredor, arrumação ou despensa (PEDRO 1999a).

CORREDOR DE PISO

Mecanismo de distribuição aos **fogos** a partir do núcleo de acesso vertical e situado no interior do edifício.

DEPENDÊNCIA DO FOGO

Espaço privado periférico ao **fogo**, como por exemplo: 1) no edifício multifamiliar – as varandas, os terraços, as arrecadações; 2) no edifício unifamiliar – os corpos anexos, os logradouros, os quintais, os jardins, os telheiros e os alpendres (PEDRO 1999a).

EDIFÍCIO ADOSSADO / FLANQUEADO

Edifício com uma / duas **fachadas** laterais **habitáveis**, afastada(s) dos limites laterais do lote por faixa(s) livres de construção que ligam a frente de rua e **logradouro** anterior (caso exista) com o **logradouro** posterior.

EDIFÍCIO CONSONANTE / DISSONANTE

Edifício que apresenta identidade ou similitude física com os que lhe estão próximos (nas diversas escalas da envolvente – imediata, afastada), por forma, composição, dimensão ou cor, p. ex. / que não apresenta tal identidade.

EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR

Edifício com qualquer número de pisos que compreenda dois ou mais **fogos** (PEDRO 1999a).

EDIFÍCIO EM BANDA

Edifício com pelo menos uma **fachada habitável** e duas **empenas**, por regra componente de frentes de rua contínuas. A situação mais frequente em Portugal é a do edifício com duas **fachadas habitáveis** – em *banda simples* –, embora em áreas de urbanização mais antiga seja possível encontrar edifícios com apenas uma **fachada habitável** e três empenas – em *banda dupla*.

EDIFÍCIO GEMINADO	Edifício com pelo menos três fachadas habitáveis e uma empena , que forma par com edifício seu simétrico (em volumetria, altura e dimensões gerais, não necessariamente na caracterização arquitectónica).
EMPENA	Parede da habitação geralmente contígua a outro edifício ou ao limite do lote, onde não é possível [do ponto de vista regulamentar] abrir vãos de janela ou de porta (PEDRO 1999a).
ESTÚDIO	Fogo disposto em um único piso, de tipologia mínima (T0 ou T1), cuja área interior é, na sua maior parte, dotada de pé-direito duplo, permitindo a inclusão de piso intermédio parcial (mezanino) destinado, por regra, a escritório ou zona de dormir. Estes fogos resultam, em geral, do aproveitamento de coberturas ou da reconversão de edifícios industriais.
ESTUDO PRÉVIO	Primeira proposta de solução de projecto identificada com uma opção arquitectónica, construtiva, de faseamento, de nível de qualidade, de custo, desenhada em escala e com o rigor e dimensionamento que permita a identificação clara dos espaços e elementos primários e a inserção de instalações como esgotos, ventilação, ar condicionado, ascensores, lixos, etc. (MOP / LNEC / CABRITA 1974).
FACHADA	Parede da habitação em contacto directo com o exterior, onde é possível [do ponto de vista regulamentar] abrir vãos de janela ou de porta (PEDRO 1999a).
FACHADA DE TARDOZ	Fachada posterior do edifício, normalmente aberta sobre o logradouro do mesmo.
FACHADA HABITÁVEL	Fachada na qual se abrem vãos servindo compartimentos habitáveis , excluindo frestas.
FOGO	Conjunto dos espaços privados nucleares de cada habitação , confinado por uma envolvente que o separa do ambiente exterior e do resto do edifício. O fogo inclui espaços tais como, a sala, os quartos, a cozinha, as instalações sanitárias, os arrumos, a despensa, os corredores, os vestíbulos, etc.. O fogo pode ainda integrar arrumações em sótão ou em cave que tenham acesso pelo seu interior (PEDRO 1999a).
FOGO DUPLEX	Fogo disposto em dois pisos sobrepostos, ocupando, em cada piso, áreas de dimensão equivalente. Pela mesma lógica, o fogo triplex é disposto em três pisos sobrepostos.

FOGO SEMI-DUPLEX	Fogo disposto em dois pisos sobrepostos, ocupando áreas de dimensão claramente distinta em cada piso e concentrando a maior área em um dos pisos.
FOGO SIMPLEX	Fogo totalmente disposto em um único piso.
GALERIA	Mecanismo de distribuição aos fogos a partir do núcleo de acesso vertical e situado ao longo de uma fachada do edifício, aberta ou não para o exterior.
HABITAÇÃO	Unidade em que se processa a vida de cada família ou indivíduo, compreendendo o fogo (compartimentos habitáveis e não habitáveis) e as dependências do fogo (espaços exteriores privados, espaços de arrecadação e garagens individuais) (MES 1985).
LOGRADOURO	Espaço privativo do edifício e livre de ocupação por construção, destinado, por princípio, a garantir melhores condições de higiene, salubridade e conforto do ambiente interior do edifício e a servir como área de recreio e lazer dos habitantes / ocupantes do mesmo. Na cidade tradicional consolidada, o interior dos quarteirões é preenchido pelos logradouros posteriores dos edifícios que os formam; em alguns casos, de construção recuada ou recente, o edifício pode ter também logradouro anterior ou lateral, pelo qual se processa o acesso ao imóvel. No urbanismo moderno, os limites do logradouro perdem nitidez, podendo envolver todo o edifício ou bloco de edifícios.
PÉ-DIREITO	Altura livre entre o pavimento e o tecto de um compartimento ou piso.
PISO-TIPO	Piso cujas configuração, divisão em fogos e compartimentação interior dos fogos são repetidas na maior parte dos pisos que constituem o edifício, funcionando como o módulo gerador deste.
PLANO MARGINAL	Plano virtual vertical correspondente à fronteira entre o lote e a via ou vias públicas com que aquele confronta. O limite inferior deste plano coincide com o alinhamento da via, ou seja, com a linha que define cada lado da via. Os edifícios podem ter fachadas com elementos salientes ou reentrantes do plano marginal (corpos balançados, palas, varandas), e podem implantar-se recuados em relação ao plano marginal .
PROGRAMA BASE	Expressão estruturada e valorada das exigências e especificações de qualidade necessárias para que os técnicos competentes definam as edificações mais consentâneas aos

usos previstos (a partir de MOP / LNEC / CABRITA 1974). Primeira fase do processo projectual.

**PROJECTO DE EXECUÇÃO
OU DE COMUNICAÇÃO À
OBRA**

Tradução das decisões tomadas pelos projectistas após a obtenção dos acordos finais da administração pública e do promotor (dentro dos respectivos âmbitos de decisão) sobre a última proposta de solução, destinado a fornecer a concurso a informação de “projecto completo” necessária à execução dos trabalhos em obra. Uma entidade cliente pode afirmar que esta fase está completa quando, remetida a informação indispensável à sua verificação e análise técnica, permite, sem quaisquer dúvidas ou omissões, calcular inteiramente o custo da construção a que se refere e proceder à sua completa e perfeita execução (MOP / LNEC / CABRITA 1974).

PROJECTO GERAL

Projecto que define a forma e dimensões gerais das edificações e da sua comparticipação interior, a sua constituição construtiva, assegurando a divisão, comunicação e conforto dos espaços, em obediência às exigências do programa. Difere do Projecto de Execução por não incluir os projectos técnicos especializados – de estruturas, de instalações, de equipamentos especializados – e as condições comuns de Caderno de Encargos (MOP / LNEC / CABRITA 1974). É utilizado como suporte ao pedido de Licença de Construção do edifício (Licenciamento).

RABO DE BACALHAU

Configuração de planta recorrente na arquitectura para **habitação** multifamiliar das décadas de 1940 e 1950. Mecanismo de projecto que permite contornar a dificuldade em fazer aprovar edifícios com grande profundidade de construção e compartimentos abertos sobre **saguões** e passagens laterais, mediante o desenho, em lotes de média e grande dimensão, de generosos salientes posteriores como extensão da parte central da planta. A forma resultante de planta em T, recordando o formato do gadídeo, implica o aumento significativo da **área dos fogos a tardoz**, ocupada na maioria dos casos com áreas íntimas e de serviço (cozinhas, tratamento de roupas e escadas).

SAGUÃO

Espaço exterior subtraído ao volume geral do edifício, por regra de pequena dimensão, de dominante vertical e altura correspondente à altura total do edifício. Mecanismo de origem recuada (anterior ao séc. XVIII) destinado a permitir a ventilação natural de compartimentos interiores, em edifícios de grande profundidade de construção ou malhas urbanas de grande densidade.

TELAS FINAIS

Versão definitiva do projecto tal como efectivamente realizado

(*as built*), elaborada com base no **Projecto Geral** e em todas as alterações introduzidas no decurso da construção. A sua entrega é um dos últimos passos na formalidade necessária para obtenção da Licença de Utilização / Habitação de um edifício, junto das autoridades municipais.

TX (TIPOLOGIA DO FOGO)

Tipologia construída em função do número de **compartimentos habitáveis** destinados a dormida, estadia, refeições ou trabalho num **fogo**, excluindo cozinhas e compartimentos não habitáveis (vestíbulos, circulações, instalações sanitárias, despensas, arrecadações e arrumos).

**VARANDA EM GRELHA OU
ESTANTE**

Varanda inserida em conjunto que abrange a totalidade da **fachada** em altura (e com frequência também em largura), cuja forma geral evoca a daquela peça de mobiliário e resulta da composição de planos horizontais sucessivos (lajes) e verticais (bairas de separação, correspondentes normalmente à compartimentação interior). Pode ainda ser dotada de cortina opaca, transparente ou translúcida, de painéis de rede, de panos de grelhagem cerâmica ou de elementos em betão (palas, prumos), cuja inclusão obedece às linhas do desenho global.

C - RECURSOS DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

- APPLETON, João – *Reabilitação de Edifícios “Gaioleiros”. Um Quarteirão em Lisboa*, Lisboa: Edições Orion, 2005.
- BLACHÈRE, Gérard – "Un Langage pour la Description Typologique d'une Habitation", *Cahiers du Centre Scientifique et Technique du Bâtiment*, n.º 135, Paris, Dezembro 1972.
- COELHO, António Baptista – *1984-2004. 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*, Lisboa: INH / LNEC, 2006.
- COELHO, António Baptista e PEDRO, João Branco – *Do bairro e da vizinhança à habitação. Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*, Colecção Informação Técnica Arquitectura n.º 2, Lisboa: LNEC, 1998.
- MES – *Recomendações Técnicas para Habitação Social (Portaria n.º 580/83, de 17 de Maio)*, Lisboa: MES / LNEC, 1985.
- MHOP / LNEC – *Classificação e Qualificação de Habitações do Parque Habitacional do País. Habitações Novas*, Lisboa: MHOP / LNEC, 1981.
- MOP / LNEC / CABRITA, António Reis – *Organização de Projectos de Edifícios*, Lisboa: MOP / LNEC, 1974.
- MOP / LNEC / Serviço de Edifícios / Divisão de Arquitectura – *Inquérito à Habitação Urbana. O Uso e o Espaço dos Fogos – Ficheiro*, Lisboa: MOP / LNEC, 1977.
- MOP / LNEC / Serviço de Edifícios e Pontes / Divisão de Construção e Habitação / CABRAL, Bartolomeu da Costa – *Racionalização de Soluções de Organização de Fogos – Formas de Agrupamento da Habitação – Relatório Parcial 1*, Lisboa: MOP / LNEC, Março de 1968.
- MOP / LNEC / Serviço de Edifícios e Pontes / Divisão de Construção e Habitação / PORTAS, Nuno – *Funções e Exigências de Áreas da Habitação*, Lisboa: MOP / LNEC, Fevereiro de 1969.
- MOPTC – *Normas técnicas para projectos de urbanização*, Lisboa: LNEC, 1993.
- MOPTC / LNEC / Departamento de Edifícios / Núcleo de Arquitectura / CABRITA, António M. Reis e MOREIRA, João – *Tipificação do Parque Habitacional. Documento 1 – Conceitos e Uso de Inquéritos. Documento 2 – Ficha de Inquérito e Manual do Inquiridor*, Lisboa: MOPTC / LNEC, 1986.
- MOPTC / LNEC / AGUIAR, José, CABRITA, J.M. Reis e APPLETON, João – *Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais*, Lisboa: MOPTC / LNEC, 1998 (4.ª Edição).
- PEDRO, João Branco – *Programa Habitacional. Edifício*, Colecção Informação Técnica Arquitectura n.º 6, Lisboa: LNEC, 1999ª.
- PEDRO, João Branco – *Programa Habitacional. Espaços e*

- Compartimentos*, Colecção Informação Técnica Arquitectura n.º 4, Lisboa: LNEC, 1999b.
- PEDRO, João Branco – *Programa Habitacional. Habitação*, Colecção Informação Técnica Arquitectura n.º 5, Lisboa: LNEC, 1999c.
- PEREIRA, Nuno Teotónio e BUARQUE, Irene – *Prédios e Vilas de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte, 1995.
- PORTAS, Nuno – *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, Porto: FAUP Publicações, 2004.
- PORTAS, Nuno e GOMES, Ruy José – *Estudo das funções e da exigência de áreas da habitação – Necessidades familiares e áreas da habitação. Análise de exigências por funções da habitação*, Lisboa: LNEC, 1964.
- RAMOS, Tânia Liani Biesl – *Os Espaços do Habitar Moderno: Evolução e Significados. Os Casos Português e Brasileiro*, Lisboa: FCG e MCEs / FCT, 2006.

© 2010 Copyright IHRU, IP; IGESPAR, IP

O texto deste documento pode ser adaptado ou reproduzido para uso pessoal ou organizacional sem autorização específica, desde que sujeito a citação apropriada. O trabalho não pode ser usado para outros fins, designadamente comerciais, sem a autorização prévia formal dos seus editores. Pedidos e questões sobre a reprodução e direitos deverão ser remetidos para kitspatrimonio@ihru.pt.

Esta publicação deve ser citada da seguinte forma:

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, *Património Arquitectónico — Património Arquitectónico de Habitação Multifamiliar do Século XX*, Lisboa, IHRU, IGESPAR, 2010 (Kits património, nº 2, versão 1.0), URL: www.portaldahabitacao.pt; www.monumentos.pt; www.igespar.pt



REPÚBLICA PORTUGUESA
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA
INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

MIC
MINISTÉRIO DA CULTURA

 **simplex**
SISTEMA DE SIMPLIFICAÇÃO
ADMINISTRATIVA E DIGITAL
QUALIDADE, INOVAÇÃO, EFICIÊNCIA